

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO

2007/2008



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A UM TRABALHO ELABORADO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO NO IESM, SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOUTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS.

A GUERRA DA PERCEPÇÃO

NUNO LOURENÇO ÁLVARES ALVES DE SOUSA
MAJ CAV



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

A Guerra da Percepção

MAJ CAV Nuno Lourenço Álvares Alves de Sousa

Trabalho de Investigação de Individual do CEMC 2007/08

Lisboa – 2008



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

A GUERRA DA PERCEPÇÃO

MAJ CAV Nuno Lourenço Álvares Alves de Sousa

Trabalho de Investigação de Individual do CEMC 2007/08

Orientador:

TCor PilAv Sérgio Roberto Leite Costa Pereira

Lisboa – 2008



Agradecimentos

Os meus agradecimentos dirigem-se em primeiro lugar ao meu Orientador, Tenente Coronel Sérgio Roberto Leite Costa Pereira, pelo apoio que me dispensou ao longo destes meses, alertando para as dificuldades e, mais importante, pelas pertinentes sugestões garantindo o rumo adequado na execução do trabalho, para que no fim atingisse os objectivos propostos.

A todas as pessoas que se dispuseram contribuir com as suas ideias, os meus agradecimentos, nomeadamente aos militares e civis que entrevistei, pela sua disponibilidade e pelo conjunto de pontos de reflexões que expuseram sobre os vários assuntos abordados.

Aos meus camaradas de curso de Estado-Maior que me ajudaram com sugestões e opiniões, pelo partilhar de ideias e conselhos dos aspectos formais, valorizando assim o meu trabalho, sendo certo que todos temos a percepção que passamos um óptimo tempo juntos.

Aos meus filhos que acataram com respeito o meu isolamento quando necessário e que souberam contagiar-me com a sua alegria quando precisei dela.

Uma palavra final aos meus Pais e à Mariana, pelas inúmeras correcções e traduções que solicitei, sem regatearem esforços, sempre com uma palavra de ânimo, compreendendo a importância que atribuí a esta tarefa, para a qual o seu contributo foi relevante.

A todos o meu muito obrigado.



Índice

Introdução.....	1
1. A Génese	5
a. Caracterização da Percepção	5
b. A Guerra da Percepção	7
(1) Os Novos Conflitos	7
(2) A Definição do Conceito	9
(3) O Alvo	12
(4) O Modo.....	13
c. Síntese Conclusiva.....	15
2. As Operações de Percepção.....	17
a. Outros Conceitos	17
b. Em Operações.....	21
(1) “Iraqi Freedom”	22
(2) ISAF.....	25
c. Síntese Conclusiva.....	26
3. As Forças Armadas Portuguesas e a Percepção	27
a. Informações Militares e INFO OPS	29
b. Gestão da Informação Pública	30
c. Cooperação Técnico-Militar	31
d. Operações de Resposta a Crises	34
e. Síntese Conclusiva.....	37
Conclusões Finais e Recomendações	38
Referências Bibliográficas.....	42

Apêndices

- 1 – Antecedentes da Guerra da Percepção
- 2 – Influência dos Jornalistas “Embedded”



Resumo

O Sistema Político Internacional sofreu grandes alterações nos últimos anos, que resultaram no surgimento de novos paradigmas, quer ao nível dos actores em confronto, quer da tipologia das operações. Emergiram igualmente novos conceitos em consequência dos avanços tecnológicos e da constatação da necessidade de uma maior integração dos diversos instrumentos de poder do Estado. Mais do que nunca, procura-se uma melhor compreensão da situação e uma melhor coordenação das respostas, sejam elas preventivas ou reactivas.

Neste quadro geral, a informação, e todos os recursos a ela inerentes, têm vindo a obter um cada vez maior destaque. Importa, por isso, saber quais as percepções por ela geradas e como estas podem ser alteradas tendo em vista a interferência no processo de tomada de decisão com o objectivo de influenciar as atitudes e os comportamentos dos decisores naqueles domínios onde o Estado possui interesses a preservar ou a adquirir.

Este trabalho ocorre num momento em que estão a ser elaborados estudos para a reorganização da estrutura superior da Defesa Nacional. É, portanto, necessário demonstrar que a integração dos vários sistemas multidisciplinares, nos diferentes níveis político/estratégico e operacional/tático, é uma mais-valia para atingir os objectivos definidos superiormente.

O presente trabalho analisa também a história e a realidade actual de maior conflitualidade, com o intuito de deduzir qual a melhor estrutura e organização, que empregando a percepção como principal agente de actuação, constitua um multiplicador do potencial em confronto.

Sintetizando, o trabalho que aqui apresentamos tem como objectivo principal expor e analisar os contributos desta temática para a Política de Segurança e Defesa Nacional. E, demonstrando como as Forças Armadas podem contribuir para a emprego da Guerra da Percepção e quais as necessidades de alteração a nível estrutural, apresenta ainda pistas para futuros trabalhos na mesma área.



Abstract

The International System has gone through profound changes in the past few years, which led to new paradigms at the contending actors' level as well as regarding the nature of the military operations. New concepts have emerged from technological breakthroughs and from the evidence that the state's power instruments have to be further integrated to speed-up the assessment of potential risks and the coordination of possible responses, either preventive or reactive.

In this scenario, information and all resources linked to it have gained prominence. Understanding the resulting perception of conflict and how this perception can be managed to mould decision making and to influence attitudes and behavior of those with power has become paramount whenever the State has interests to defend or acquire.

This study gains importance at a time when Portugal's National Defense top structure is being reformulated and when it is, therefore, essential to demonstrate that the integration of the several multidisciplinary systems at the political/strategic and operational/tactical levels can play a determinant role in achieving the goals defined by the hierarchy's top rank.

The present essay looks into the increasingly conflicting nature of the International System and puts it into historical perspective to identify the most effective organizational structures to maximize the benefits of a perception-centered strategy.

In short, this essay aims to bring this theme into the discussion of a new National Security and Defense Policy. It also aims to show that some structural changes need to take place for the armed forces to be able to play an increasing role in such perception-centered strategies. Finally it opens some topics for further research and debate in this area.



Palavras Chave

Atitude

Conflito

Cooperação

Influência

Informações

Líder

Multidisciplinaridade

Operações de Informação

Opinião Pública

Percepção

Tomada de Decisão



Lista de Abreviaturas

CEDN – Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CI – Contra-Inteligência
CIMIC – Cooperação Civil-Militar
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CTM – Cooperação Técnico-Militar
CRO – Operações de Resposta a Crise
DIMIL – Divisão de Informações do Estado Maior General das Forças Armadas
DoD – Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América
DIOP – Divisão de Operações do Estado Maior General das Forças Armadas
EBAO – Operações Baseadas em Efeitos
EMGFA – Estado Maior General das Forças Armadas
EUA – Estados Unidos da América
FFAA – Forças Armadas
IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
ISAF – International Security Assistance Force
ISTAR – Informações, Vigilância, Aquisição de Objectivos e Reconhecimento
HUMINT – Human Intelligence
MILDEC – Decepção Militar
MDN – Ministério da Defesa Nacional
MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros
OCS – Órgãos de Comunicação Social
OI – Organizações Internacionais
ONU – Organização das Nações Unidas
ONG – Organizações Não Governamentais
OPSEC – Operações de Segurança
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
PA – Relações Públicas
PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PAMPA – Programa de Apoio às Missões de Paz em África
PI – Informação Pública
PM – Primeiro Ministro



PRT – Provincial Reconstruction Team

PSYOPS – Operações Psicológicas

RCSNU – Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas

SIED – Sistema de Informações Estratégicas de Defesa

UE – União Europeia



Introdução

"The real target in war is the mind of the enemy commander, not the bodies of his troops."

Captain Sir Liddell Hart, *Thoughts on War*, 1944

No quadro político resultante da queda do muro de Berlim, mas principalmente, com os novos recursos tecnológicos utilizados pelos *média* e com as primeiras transmissões em directo do teatro de guerra, a opinião pública assumiu o papel de árbitro nos conflitos, o que veio influenciar decisivamente a forma de fazer a guerra. São hoje exemplo, num mundo onde as responsabilidades sociais são imperativos, as convenções sobre o uso de armamento, a definição clara de Regras de Empenhamento¹ e os tribunais que julgam as responsabilidades dos políticos e dos militares na conduta dos conflitos.

Estas obrigações foram alargando a forma de fazer a guerra, fazendo surgir novos conceitos, como sejam as Operações Baseada em Efeitos² ou a Guerra de Informação³, e a integração de considerações do âmbito civil nos processos de tomada de decisão, como sejam as áreas protegidas ou a Cooperação Civil-Militar⁴ (CIMIC). Como se pretenderá demonstrar a eficácia da Guerra da Percepção, justifica que esta seja uma disciplina autónoma, concorrente com as demais formas de guerra, utilizando instrumentos muito para além da força militar, fazendo que seja necessária uma visão mais aprofundada do seu significado para se entender a sua relevância (Friman, 1999: 4).

A percepção é utilizada por outros conceitos, sendo inclusivamente um dos focos das Operações Psicológicas⁵ (PSYOPS). Também na Guerra da Informação, a percepção tem papel relevante. Assim, surge a necessidade de definir o conceito de Guerra da Percepção, qual o seu campo de actuação e objectivo. Ao demonstrar-se a aplicabilidade da Guerra da Percepção espera-se torná-la mais objectiva e compreensível.

¹ Regras de Empenhamento – Estas são entendidas como "[...] directivas para as Forças Militares (incluindo indivíduos) que definem as circunstâncias, condições, grau, e modo, em que a força, ou acções, que possam ser interpretadas como provocatórias, podem ser aplicadas" (MC 362/1, 2003: 2).

² Operações Baseadas em Efeitos – É a aplicação coerente e abrangente dos vários instrumentos da Aliança, combinados com a cooperação prática com os actores envolvidos não pertencentes à NATO, para criar os efeitos necessários por forma a alcançar os objectivos planeados e, em última análise, alcançar o estado-final NATO (MCM-0052-2006).

³ Guerra da Informação – Conjunto de acções desenvolvidas para obter a superioridade de informação, afectando a informação, processos baseados em informação, sistemas de informação e redes baseadas em computadores, enquanto se defende a nossa informação (FM 100-6).

⁴ CIMIC – Acções que visam estabelecer e manter a cooperação da população e instituições civis com o comandante da JOA no sentido de criar condições civis-militares que proporcionem a maior vantagem possível nos aspectos moral, material, ambiental e tático (RCO, 2005: 1-6).

⁵ PSYOPS – São actividades psicológicas planeadas que utilizam meios de comunicação e outros meios, dirigidas sobre audiências aprovadas, de forma a influenciar atitudes, percepções e comportamentos, que contribuam para a realização de objectivos políticos e militares (AJP-3.10.1(A)).



Como se constatará, a Guerra da Percepção está presente ao nível político, estratégico e operacional, sendo certo que a sua actuação deve ser definida ao mais alto nível e conjugada com os diversos instrumentos de poder do Estado, como sejam as acções económicas, as sócio-psicológicas, as político-diplomáticas, as militares e as informacionais.

No decorrer deste estudo, demonstrar-se-á que a Guerra da Percepção não está apenas ao alcance das grandes potências, podendo ser empregue por Portugal em alguns cenários do nosso interesse estratégico.

Importância do Estudo

O objectivo da investigação que se pretende levar a efeito, é demonstrar que a aplicação do fenómeno da Guerra da Percepção proporciona uma mais valia aos decisores políticos e militares e que, Portugal tem capacidade para desenvolver esta actividade em alguns locais do globo, em tempo de paz ou em operações militares.

No momento em que se inicia este trabalho, estão a decorrer estudos para a reorganização da estrutura superior de Defesa Nacional, pelo que, como iremos demonstrar, a pertinência do tema da Guerra da Percepção, deve ser também considerada, visto implicar a troca de informação interministerial aos vários níveis (político, estratégico e operacional).

Delimitação do Estudo

Importa delimitar este estudo apenas ao vector militar, apesar da Guerra da Percepção ser empregue por todos os instrumentos de poder dos Estados.

Torna-se necessário referir que a Guerra da Percepção é uma problemática cujo conceito não está definido em termos académicos e que, nem sempre, a utilização da percepção é assumida oficialmente pelos Estados.

Metodologia

Para a execução deste estudo recorreu-se ao método hipotético-dedutivo, baseado na formulação de hipóteses das quais se deduzem consequências que deverão ser testadas, confirmando-se ou não a sua veracidade.

Pretende-se responder à seguinte questão central: **De que forma a Guerra da Percepção pode constituir-se como um valioso instrumento da Política de Segurança e Defesa de Portugal?**



Para tal, de forma a melhor sistematizar o estudo, foram levantadas as seguintes questões derivadas:

- Como podemos definir a Guerra da Percepção face ao espectro de conflitualidade actual?
- Como se desenvolve a Guerra da Percepção em operações?
- De que modo as Forças Armadas Portuguesas podem contribuir para os objectivos nacionais abrangidos pela Guerra da Percepção?

Foram também equacionadas as hipóteses abaixo discriminadas, que procuram responder à questão central já apresentada e que servirá de fio condutor para o desenvolvimento do trabalho:

- A Guerra da Percepção procura interferir na tomada de decisão mental a fim de influenciar as atitudes e comportamentos dos decisores.
- Operacionalmente a Guerra da Percepção emprega, no vector militar, meios comuns aos das Operações de Informação (INFO OPS).
- As missões executadas por forças ou elementos das Forças Armadas podem criar percepções que se coordenadas com outras actividades, não militares, serão uma mais valia para Portugal.

Conduziu-se a investigação através da análise de bibliografia e documentação oficial. Recorreu-se ainda à realização de várias entrevistas a militares e civis, de reconhecido mérito nos temas abordados e com experiência na actividade política do Estado no Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) e no Ministério da Defesa Nacional (MDN), e em Operações Militares, umas de carácter exploratório, outras de aprofundamento das matérias em análise.

Organização do Estudo

O estudo encontra-se dividido em três capítulos onde se pretenderá definir a problemática, verificar o seu emprego em operações militares e levantar modelos de possível actuação pelas nossas Forças Armadas (FFAA).

Assim, no primeiro capítulo, e por imperativo de definição da problemática em questão, é feito o enquadramento conceptual, procurando descrever o objectivo e alvos da Guerra da Percepção.

No segundo pretende-se verificar a forma de operacionalização do conceito, constituindo um modelo que possa ser testado, verificado e empregue. Primeiro apresentar-



se-ão conceitos militares que utilizam a percepção como: a Gestão da Percepção, as Operações de Influência e as Operações de Informação. Depois, recorrendo-se a exemplos históricos, analisar-se-ão as recentes intervenções no Iraque e no Afeganistão com o intuito de procurar um modo de adequação em que a Guerra da Percepção se possa aplicar. Se no caso do Iraque, a análise da Guerra da Percepção se centra nos aspectos à anteriori e à posteriori às acções militares, no caso do Afeganistão foca-se nas estruturas em que se considera empregar a Guerra da Percepção ao nível operacional.

Com o intuito de enunciar propostas para o futuro, no terceiro capítulo apresentar-se-ão algumas vantagens da utilização da Guerra da Percepção em apoio da Política de Segurança e Defesa Nacional.

Pretende-se, também, verificar como a Guerra da Percepção pode contribuir para atingir os objectivos políticos através das Forças Nacionais Destacadas (FND) e das acções de Cooperação Técnico Militar (CTM).

Sabendo a importância do domínio informacional para o estudo do domínio cognitivo, analisa-se o papel das Informações Militares e da Informação Pública nas FFAA portuguesas.

O trabalho terminará com uma análise conclusiva sobre a relevância e necessidade do emprego da Guerra da Percepção e, simultaneamente, enunciará um conjunto de recomendações que possam constituir-se num modelo de adequação noutras situações, onde o emprego da mesma possa ser um factor multiplicador da Política de Segurança e Defesa Nacional.



1. A Gênese

“Lutar e ganhar batalhas não é a suprema excelência. A suprema excelência consiste em quebrar a vontade do inimigo sem lutar.”

SunTzu, sec V aC

a. Caracterização da Percepção

Urge definir o que se entende por percepção. Este é um dos aspectos do funcionamento cognitivo que consiste no tratamento das informações que chegam por via dos sistemas sensoriais. O estudo da percepção visa compreender como os outros vêem a realidade em que acreditam, para assim se poder antever as reacções a determinados estímulos (Oliveira, 1996: 5429).

Estudos demonstram que a mesma informação em indivíduos diferentes gera percepções diferentes, assim como, os mesmos indivíduos em ocasiões diferentes perante a mesma informação têm, também, percepções e modos de agir diferentes (Friman, 1999: 3).

O sistema de crenças é composto por “imagens” do passado, presente e futuro, incluindo o conhecimento organizado acumulado pelo organismo acerca de si próprio e do mundo que o rodeia. Todas as imagens são estereotipadas no sentido trivial em que ultra-simplificam a realidade. É esta característica que transforma as imagens em funcionais - e pode convertê-las em disfuncionais (Farrell, 1968: 18). Isto quer dizer que ao receber uma imagem, se ela corresponder às expectativas ela é logo assimilada, e só em caso contrário é que ela é interpretada.

Percebe-se pelos estudos de Friman e Farrell, que a percepção não identifica o mundo exterior como ele é na realidade, mas sim, como as transformações efectuadas pelos nossos órgãos sensoriais o reconhecem. As percepções diferem qualitativamente das características físicas do estímulo recebido, porque a informação transportada pelo estímulo é processada pelo cérebro e interpretada de acordo com experiências anteriores a ela associadas. Inferindo-se assim, que uma mesma realidade gera normalmente múltiplas percepções, podendo não atingir o mesmo efeito.

Para obviar a possibilidade deste desvio, deve-se recorrer a estudos de mercado similares aos feitos no âmbito das acções de marketing e publicidade, onde se podem estudar reacções e comportamentos, sustentados por análise de dados estatísticos, com vista a atingir determinada atitude. Estas acções, apesar de poderem ter um efeito



distorcido em combate, são também importantes aquando do lançamento de uma actividade/produto/política em operações pós-conflito.

Pelo exposto, a atitude que pode ser definida como a predisposição para responder de uma determinada maneira perante um determinado acontecimento ou estímulo, é composta por uma componente cognitiva (convicções) e por uma componente afectiva (sensações).

Pesquisas ao tálamo da amígdala demonstraram que, nos primeiros milésimos de segundo da nossa percepção de alguma coisa, inconscientemente compreendemos o que é e decidimos se gostamos disso, é o "inconsciente cognitivo" que transmite à nossa consciência a identidade do que vemos e um juízo de valor sobre o que vemos (Goleman, 1996: 16).

Da pesquisa de Goleman, extrai-se que existem dois tipos de resposta sendo que, quanto mais rápida tiver de ser a resposta, mais será fruto de um reflexo emocional e menos racional.

Reconhecendo que a vulnerabilidade se encontra na mente, podemos afirmar que, se actuarmos de forma a exigir respostas rápidas do adversário, estaremos a retirar-lhe a parte racional da tomada de decisão mental, sendo esta baseada nas suas crenças. Este ficará sequioso de informações para diminuir as incertezas percepcionadas, podendo reagir a um estímulo de acordo com as nossas intenções, acreditando na verdade da sua realidade.

O modelo de decisão conhecido por Ciclo de Boyd⁶, dá uma explicação deste processo demonstrando a necessidade de obter a percepção do que está a acontecer primeiro que o adversário. Quem Observa, Orienta, Decide e Age mais rapidamente e melhor, obtém a superioridade.

A fase da observação está muito dependente dos meios de que se dispõe, pelo que se for utilizada a decepção na fase da observação provoca-se um erro na notícia recolhida pelo Inimigo. Assim a sua percepção na fase da orientação, poderá ter sido alterada e o processamento e análise das informações terão provocado uma decisão distorcida.

É certo que sobre uma determinada imagem existem pelo menos três realidades diferentes. A real, aquilo que acreditamos ser a realidade e aquilo em que pensamos que os outros vêem. Esta auto percepção está presente em todos nós, pois todos temos ligações

⁶ O Coronel John Richard Boyd foi um piloto de caça Norte-Americano que combateu durante a Guerra da Coreia e ficou célebre como estratega cujos ensinamentos influenciaram o meio militar e dos negócios.



emocionais às nossas crenças, e inclusivamente podemos possuir realidades irracionais toldadas pela emoção.

A auto percepção é usada, por exemplo, quando de forma planeada se diz uma mentira e não se quer ser descoberto. Durante uma comunicação, o receptor capta todos os sinais do emissor, desde o tom e velocidade de expressão, ao raciocínio e emoções da informação, a toda a linguagem corporal do emissor. Se o emissor acredita na mentira, então a sua imagem corporal não o denunciaria. Esta actuação pode ser prejudicial pois o emissor pode também ele acreditar na mentira e assim alterar a sua percepção.

Surge, também, a falsa percepção que pode ocorrer de forma intencional ou por falta de informação correcta. Ela será intencional quando há uma má interpretação dos factos, seja por erro de raciocínio, ou seja por gerar antagonismo emocional, não permitindo ver todos os factos. Claro que se a informação disponível for incorrecta ela gera falsas percepções, situação muito comum ao avaliar outras culturas com costumes distintos, onde um simples gesto com a mão tem sentidos diferentes.

Por tudo o que foi exposto verifica-se que existe um grande potencial na utilização da percepção como meio para atingir determinados objectivos.

b. A Guerra da Percepção

(1) Os Novos Conflitos

Constata-se actualmente que a maioria das ameaças são provocadas por actores não estatais e que são poucas as guerras entre Estados, pelo que as Operações de Resposta a Crise (CRO), têm estado a aumentar em número e duração. O incremento da ênfase nas operações de estabilização e apoio, assistência humanitária e auxílio à reconstrução das nações veio diluir as responsabilidades militares nas operações pós-conflito pois estas passam a ter um cariz muito civil.

Apesar de em termos militares as CRO desenvolverem actividades similares às operações pós-conflito, elas diferem num aspecto principal: as condições psicológicas da população. A gestão das expectativas geradas em torno da reconstrução é uma das questões centrais para a prossecução dos objectivos traçados (Briand, 2004: 4). O Estado final desejado e os objectivos estratégico-militares devem ser aceites por todos. Só a coesão e a cooperação com outros actores externos às coligações, como sejam Organizações Internacionais (OI) e Organizações Não Governamentais (ONG), permitem obter eficiência e eficácia no desenvolvimento/bem-estar versus segurança.



Uma característica dos novos conflitos assenta no conceito do *Three Block War*⁷ onde, num quarteirão pode estar a decorrer a distribuição de sapatos a crianças necessitadas, noutra a negociação entre dois líderes de grupos antagónicos moderados pelo Comandante Militar da Força Multinacional e num outro estar a decorrer um incidente com acções de fogo contra um oponente que se emboscou num edifício.

Neste novo paradigma das operações um dos centros de gravidade estratégico é invariavelmente a população. Se no passado esta se resumia às pessoas das nações afectadas, hoje é mais abrangente existindo uma Opinião Pública Internacional com poder para influenciar.

A legitimidade de uma intervenção armada é igualmente avaliada pelos seus efeitos e implicações durante e depois do uso da força armada. Não basta haver legalidade, é preciso haver a percepção da legalidade, ou seja, não basta a Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (RCSNU) é necessário que as populações aceitem a utilidade da intervenção.

Provavelmente só os Estados Unidos da América (EUA) têm capacidade de actuar isoladamente com forças militares em operações de grande envergadura, mas mesmo eles procuram aliar-se a outras nações com o propósito de obter um maior grau de legitimidade e aceitação da operação por parte da Comunidade Internacional e da própria população.

A legitimidade, factor crucial das CRO, começa por uma RCSNU e procura garantir o apoio da Comunidade Internacional, que só se consegue com:

- Actividades desenvolvidas de forma clara e transparente, promovendo um entendimento comum que impedirá as suspeições;
- A não demonstração ostensiva, mas a proficiente utilização da força quando necessário, essencial para a promoção da confiança; e
- A condução das operações sem favorecer nenhuma das partes, sendo constante e imparcial, mas enérgico contra actividades ilegais para as quais esteja mandatado.

A promoção da cooperação e consentimento deve ser uma preocupação, pois as acções de hoje, quando impostas, podem pôr em causa acções futuras, pela percepção de perda de imparcialidade por uma das partes e mesmo da legitimidade da missão.

⁷ O *Three Block War* é um conceito do Gen Charles Krulak dos finais dos anos 90, que descreve a liderança das operações na complexidade do espectro de operações dos actuais campos de batalha, onde em três quarteirões da mesma cidade podem existir desde operações de combate em áreas edificadas até operações de ajuda humanitária (Krulak, 1999: 3).



A percepção tem então uma acção importante, porque permite coordenar os efeitos dos instrumentos económicos, sócio-psicológicos, politico-diplomáticos, militares e informacionais com vista a influenciar os decisores a manter o apoio à nossa força, ou a aceitar as condições impostas pelos mandatos internacionais e RCSNU, contribuindo desta forma para a protecção da força.

(2) A Definição do Conceito

Com o propósito de conceptualizar a Guerra da Percepção, pretende-se agora verificar se esta é guerra, conflito, competição ou é guerra em sentido lato, sendo certo que esta não é apenas o emprego da percepção em situação de guerra.

A guerra, ou a ameaça desta, foi durante séculos um meio para as entidades imporem as suas vontades, com enorme perda de vidas humanas e demais recursos. Todavia, grandes pensadores do fenómeno guerra, como Sun Tzu ou Clausewitz, teorizaram que nem sempre a vitória se alcança com a destruição do adversário.

No conceito adoptado pelo Gen Cabral Couto, a guerra é a violência organizada entre grupos políticos visando um determinado fim político, dirigida contra as fontes do poder do adversário. Nesta são empregues diferentes formas de coacção, como sejam a psicológica, a económica, a política e a militar.

Também nos conflitos, que se caracterizam pelo afrontamento entre grupos, existe a manifestação de uma intenção hostil relativamente a um direito que para o manter, afirmar, ou restabelecer, se procura quebrar a resistência do outro com recurso à violência, se necessário. Pressupõe, como no caso da guerra, de uma intenção de causar danos ou prejuízos ao adversário. Na guerra ou nos conflitos, todos os contendores pretendem atingir objectivos políticos e estratégicos, pelo que neste estudo se considera a guerra em sentido lato.

Se o conceito que se pretende definir fosse apenas uma competição pela percepção, existiriam apenas adversários, onde a violência era excluída e se procurava a vitória por regras anteriormente estabelecidas.

Diversos autores contemporâneos teorizaram sobre a guerra, existindo conceitos que a caracterizam como um conflito violento em larga escala. Esta pode, inclusivamente, em sentido mais lato, ser uma acção empreendida para suprimir ou destruir alguma coisa.

Em caso de guerra, nenhum dos contendores quer sair derrotado. É neste contexto que a Guerra da Percepção, segundo Friman, ganha expressão, com o objectivo claro de “gerar ocorrências que criam a ilusão de todos serem vencedores, cada um à sua maneira”



(Friman, 1999: 1), sendo o alvo da Guerra da Percepção os dirigentes e, mais concretamente, os decisores políticos e militares adversários.

Como Friman expõe no seu ensaio, a Guerra da Percepção não está ainda conceptualizada e carece de mais estudo até se atingir esse desiderato (Friman, 1999:10). Até ao presente, não se conhecem outros estudos sobre a problemática que não sejam artigos de opinião sobre a influência dos *média* e estudos no âmbito da psicologia. Surge por conseguinte, a ligação da Guerra da Percepção com outros conceitos modernos, que têm como propósito influenciar atitudes, como sejam a Gestão da Percepção⁸ (Friman, 1999: 4), as Operações de Influência⁹ e as Operações de Informação¹⁰ (INFO OPS), que abordaremos no capítulo 2, pois serão apresentados em contextos de operações militares.

A Guerra da Percepção não pretende destruir a verdade mas tão somente criar a verdade (Friman, 1999: 7). A verdade é a primeira vítima da guerra. De facto, esta também se baseia em rumores e desinformação, seja porque não se tem acesso a toda a informação, logo é feita uma construção baseada em entendimentos e crenças em que se acredita. Esta percepção pode ser manipulada.

Nesta perspectiva, a Guerra da Percepção é a arte de influenciar decisões pela interrupção da visão do comandante acerca da situação, ou seja, levando-o a ter outra percepção da situação. Friman acrescenta que, com controlo esta acção pode criar inclusivamente no adversário a perspectiva de que foi vencedor (Friman, 1999: 8). Claro que, ao actuar sobre as mentes do adversário podemos criar ilusões, levando-o a tomar decisões que diminuam o número de mortes em combate.

Na procura do conceito de Guerra da Percepção, convém referir que, face à nova tipologia dos conflitos, considera-se neste trabalho que a guerra não é só “uma luta armada,

⁸ Gestão da Percepção – Acções para dirigir e/ou negar informação seleccionada e indicadores a audiências estrangeiras com vista a influenciar as suas emoções, motivos e raciocínio objectivo, mas também influenciar as estimativas oficiais através dos sistemas de informação e líderes em todos os níveis, resultando em última análise em comportamentos estrangeiros e acções oficiais favoráveis aos objectivos do originador (JP 1-02).

⁹ Operações de Influência – As operações de influência focam-se na afectação das percepções e comportamentos de líderes, grupos, ou populações. As operações de influência podem empregar recursos para afectar comportamentos, proteger operações, comunicar as intenções do comandante, e projectar informação precisa para a obtenção dos efeitos desejados através do domínio cognitivo. Estes efeitos devem resultar em comportamentos diferenciados ou na alteração do ciclo de decisão do adversário, o qual está alinhado com os objectivos do Comandante (AFDD 2-5).

¹⁰ Operações de Informação – São acções coordenadas e sincronizadas para criar efeitos na vontade, na compreensão e na capacidade dos adversários, potenciais adversários, ou partes reconhecidas pelo Conselho do Atlântico Norte, em apoio dos objectivos fixados pela Aliança, afectando a sua informação, e/ou sistemas de informação, enquanto permitem a exploração e protecção das nossas próprias informações e/ou sistemas de informação (AJP-01(C)).



fundamentalmente entre Estados, não englobando outras formas de violência que não a militar”, caracterizada por Cabral Couto (Couto, 1988: 141), mas é encarada como uma luta entre entidades em competição. Este foi inclusivamente o entendimento de Friman, quando definiu Guerra da Percepção, pois considerou que esta podia ser descrita de várias formas e que o seu objectivo seria enfraquecer ou destruir o adversário, através do recurso a instrumentos de índole diversa que interferiam com a tomada de decisão mental.

Actualmente, os conflitos, tirando excepções de nível regional, não são só entre Estados, existindo outros actores com quem se combate como sejam grupos subversivos e terroristas, crime organizado, ou traficantes de armas e de seres humanos. É difícil quantificar quem está a vencer a campanha porque não se consegue medir o potencial dos novos actores. Por exemplo, é difícil estabelecer quem estará a ganhar as lutas subversivas e contra o terrorismo no Iraque ou no Afeganistão. Ao analisar a história verifica-se que quando um grupo subversivo/terrorista conquista as populações onde exerce as suas acções, a sua luta está praticamente ganha pois facilita a vitória militar e a conquista do poder político. Neste ponto as PSYOPS cujo propósito é levar os opositores a renunciarem ao conflito, manter o apoio das populações e negar esse apoio aos insurrectos, adquirem papel relevante.

Contudo, também os grupos subversivos/terroristas se foram adaptando sendo difícil definir quais os seus reais propósitos e quem são, pelo que a percepção actua sobre os líderes das populações, mantendo assim a chama acesa de que a guerra não está a ser ganha pelos insurrectos.

É certo que influenciar opiniões não é uma mera acção psicológica e também tem a ver com factores económicos. As acções de apoio ao desenvolvimento e reconstrução através de um reforço financeiro, dotando as mesmas populações de bens fundamentais para a sua subsistência, e a acção política e diplomática, garantindo uma administração coesa, responsável e justa, são fundamentais para criar e manter o apoio das populações. Desde sempre se sabe que se a população estiver insatisfeita e não apoiar os chefes políticos, estes tenderão a enfraquecer e a desaparecer. Nos conflitos modernos, as populações exigem a satisfação de condições diferentes do passado, como sejam, os direitos do homem e o desenvolvimento a par da necessidade de segurança. A percepção da população, da não aposta no desenvolvimento, cria uma imagem negativa das forças internacionais, o que provoca uma sensação de pouca ou nenhuma seguridade na região.



Nesta questão, a Guerra da Percepção pode actuar como multiplicador destas acções, na medida em que se influenciar as atitudes dos líderes oponentes diminuirá o efeito das suas operações. Como será analisado no capítulo 3, Portugal já empregou este meio durante a Guerra do Ultramar, com sucesso, fraco/elevado consoante a percepção que as pessoas têm do conflito.

A Guerra da Percepção obtém então uma grande relevância, ao gerir as percepções de forma que os objectivos sejam inclusivamente atingidos sem a necessidade do emprego de forças. Assim a Guerra da Percepção, no supremo da excelência, visa “conquistar” os adversários, e pode torna-los dependentes económica, social, diplomática/politicamente e consequentemente militarmente, não chegando a existir confronto directo.

Como demonstrado, a Guerra da Percepção é empregue utilizando todos os instrumentos de poder do Estado sendo que uns, serão mais importantes do ponto de vista do efeito atingido. O nível político será sempre o alvo preferencial, bem como o sistema militar de segurança e defesa e mais concretamente quem influencia e toma as decisões.

Desta forma entende-se que a Guerra da Percepção é a luta entre competidores que, procuram interferir na tomada de decisão mental a fim de influenciar as atitudes e comportamentos dos decisores, onde existam interesses a preservar ou a adquirir.

(3) O Alvo

Definida a Guerra da Percepção, é necessário saber quem ela pode influenciar. De um modo geral para o interesse dos Estados, identificam-se dois tipos de alvos primários: os decisores e a opinião pública.

Os líderes, enquanto decisores, são responsáveis pela condução das diversas políticas e, por isso, possuem três atributos que se alterados podem induzir a mudanças das decisões: a vontade (força moral e coesão), a compreensão (doutrina partidária, etc.) e a força (quantificável, exemplo: financeira, económica, militar, etc.). A Guerra da Percepção pode actuar de forma activa sobre o líder adversário fazendo-o compreender outra perspectiva, quebrando-lhe a vontade e reduzindo a força.

Claro está que a opinião pública não pode ser descurada, principalmente nos países democráticos do Ocidente, porque influencia as acções dos políticos quando estes não são líderes, dando relevo ao papel dos fazedores de opinião.

No entanto, a opinião pública interna tem menor peso perante regimes totalitários. De modo geral, o líder influencia as atitudes do povo, pelo que se considera que os alvos



remuneradores são os líderes e não a população em geral, porque estes controlam a acção dos outros de forma directa e/ou indirecta.

Assim o alvo da Guerra da Percepção, para um determinado Estado, será o decisor, mas a opinião pública é também motivo de estudo porque pode influenciar as acções daqueles.

(4) O Modo

Importa agora saber como actuar sobre a percepção de um líder ou comandante, compreendendo os factores emocionais que o levam a estruturar as lógicas de entendimento de uma determinada situação, no fundo, o modo como ele vê a verdade. Esta imagem permite intuir como ele irá agir na busca para confirmar as convicções e limitar as incertezas e riscos.

O conhecimento dos processos de tomada de consciência de uma situação por um líder militar, é uma tarefa complexa que exige informações detalhadas da personalidade e carácter, bem como, de todos os intervenientes no processo de tomada de decisão. Assim, na lógica da Guerra da Percepção, urge procurar o que é importante proteger para não toldar a percepção do nosso líder e o que pode e deve ser manipulado para afectar o adversário. Verifica-se então a necessidade de diferenciar acções de natureza ofensiva e defensiva, dependendo esta caracterização, não das acções efectuadas, mas sim dos objectivos a atingir.

Em termos defensivos propõe-se o seguinte exemplo: **A** possui uma capacidade que lhe confere vantagem sobre **B**. Para anular essa vantagem, **B** poderia actuar sobre os efeitos da mesma ou tentar manipular a percepção da importância que **A** dá a essa capacidade relativamente a outras. Em ambas as situações, **B** estará a actuar sobre a percepção que **A** tem sobre a sua capacidade. Exemplo da actuação sobre o efeito, é o facto de a China possuir um elevado número de Títulos do Tesouro dos EUA (DoT, 2008) podendo desequilibrar a economia Norte-Americana. Quando em Agosto de 2007 os EUA quiseram implementar sanções comerciais sobre os produtos chineses, estes ameaçaram vender os títulos que possuem, fazendo com que os EUA não concretizassem a sua intenção (Chinny, 2007).

Em termos ofensivos pode-se considerar o que foi o esforço desenvolvido pelas forças da coligação durante a I Guerra do Golfo em 1991. Para ter bases de apoio seguras, necessárias à condução das operações, a coligação desenvolveu um elevado número de acções de natureza diversa (política, económica, militar, etc.) sobre os aliados árabes com



quem mantinha relações e trocas comerciais desde há longa data. Recorda-se que estas nações dependiam quase exclusivamente do ocidente, pois é quem lhes compra o petróleo, fornece o material militar e é quem lhes controla as empresas mais importantes. A neutralidade de Israel era vital para manter o apoio dessas nações, pelo que os EUA desenvolveram esforços para criar a percepção de insucesso dos ataques de SCUD-B iraquianos e assim não legitimar a subsequente retaliação.

Para se entender o que um comandante percepçiona e assim se saber qual a forma de actuar, é necessário entender como ele efectua as suas observações e quais os seus pré-entendimentos. Então, a imagem lógica que o comandante cria, no sentido da racionalidade, é alterada, como já foi referido, por partes que aparentam falta de racionalidade, construídas na emoção. Se para a primeira podemos criar modelos de estudo e assim prever um resultado coerente, relativamente à segunda temos de efectuar jogos emocionais baseados em sentimentos intuitivos (Friman, 1999: 7).

Torna-se claro que é essencial defender o comandante da interferência externa porque, a incerteza dar-lhe-á a noção de ter perdido o controlo. Quando tal acontecer, o comandante arrisca-se a ser um seguidor em vez de um líder (Friman, 1999: 9). As medidas preventivas não são fáceis de visualizar, porque o comandante não pode ser isolado sob o risco de perder o acesso à informação. É portanto essencial criar estruturas que racionalizem as tomadas de decisão e blindem as emoções, auxiliando o comandante a não ser um seguidor.

Importa referir que a percepção não é medida pelas acções de uma parte, mas pelas respostas dos adversários ou amigos. Verifica-se que não existe uma capacidade de uso da força que não provoque nos outros uma resposta de que esperam que essa força seja utilizada em seu proveito, ou, daqueles que esperam que esta não seja usada contra eles (Luttwak, 1987: 218). Para Luttwak a percepção gerada nos outros pela posse de uma força, a que ele chama *suasão*¹¹, é o resultado das decisões que eles tomam, moldada pelos seus cálculos e emoções, que reflectem a sua visão e a de outros, a probabilidade e a estimativa dos resultados do uso da força contra ou a favor deles.

Este conceito de Luttwak não se aplica apenas ao vector militar de um Estado, sendo mais relevante no vector económico no mundo global actual, onde as relações económicas são tão fortes que se sobrepõem a outras políticas.

¹¹ Suasão é um conceito introduzido por Edward Luttwak, que consiste em dissuadir adversários ou persuadir aliados e adversários.



Até aqui, abordou-se essencialmente o emprego da percepção ao nível da política de um Estado, mas este tem aplicação ao nível estratégico e operacional, podendo-se também identificar este emprego nas diferentes estratégias gerais.

Quando em 1983 o Presidente dos EUA anunciou o lançamento do projecto *Strategic Defense Initiative*¹², criou a percepção de que no futuro seria impossível atingir o seu país com mísseis, tal não era o avanço tecnológico comparativamente com o Bloco de Leste. Para alguns, este foi o motivo que levou Mikhail Gorbachev a iniciar as políticas da Perestroika e da Glasnost, em 1985, as quais tiveram como grande repercussão o desmembramento de todo o bloco soviético, assistindo-se progressivamente ao afastamento de diversos países da esfera de influência da antiga União Soviética.

Não tendo a intenção de afirmar que o propósito de Reagan, ao anunciar o programa, fosse criar a percepção em Gorbachev que o levou a adoptar as medidas referidas no caso anterior, não se pode deixar de fazer notar o seu efeito. No entanto tal permite concluir que a estratégia genética e estrutural também têm relevância no emprego da Guerra da Percepção.

Pelo que foi exposto verifica-se que a Guerra da Percepção é um processo de influência que os Estados têm ao dispor pela aplicação de políticas e estratégias de índole diversa.

c. Síntese Conclusiva

Verificou-se que a percepção é um dos aspectos do funcionamento cognitivo do tratamento da informação dos seres humanos. Para cada um existem três realidades: a que acreditamos, a que julgamos que os outros acreditam e a realidade, pois na verdade a informação recolhida é processada por um sistema racional e emotivo.

No interesse de um Estado, ao alterar a percepção dos outros, o alvo será o decisor, embora a opinião pública possa influenciar o decisor.

A coordenação das percepções geradas pelos instrumentos económicos, diplomáticos, militares e psicológicos tem como objectivo influenciar os decisores pelo que se entende que a Guerra da Percepção é uma luta ou uma competição pela percepção criada nos outros com o intuito de atingir os interesses dos Estados, nomeadamente de segurança e defesa. Então a Guerra da Percepção tem de ser planeada e supervisionada pelo poder político, devendo existir estratégias para a sua operacionalização e emprego.

¹² Programa anunciado por Ronald Reagan, também conhecido por Guerra nas Estrelas, que consistia num sistema mísseis anti balísticos, em terra e no espaço, cujo foco era a defesa e não a ofensiva ou retaliação.



Na “suprema da excelência” a Guerra da Percepção actua com o fim último de todos se sentirem vencedores, embora na realidade alguns ganhem mais do que os outros, porque uns tornam-se dependentes dos outros.

Conclui-se então que a Guerra da Percepção é a luta entre competidores que procuram interferir na tomada de decisão mental a fim de influenciar as atitudes e comportamentos dos decisores, onde existam interesses a preservar ou a adquirir.

Desde já, e apenas no campo conceptual, considera-se que Portugal pode empregar a Guerra da Percepção, dentro de um espaço de actuação próprio como será demonstrado no capítulo 3.



2. As Operações de Percepção

“Existem dois poderes no mundo, a espada e a mente. No longo prazo a espada é sempre vencida pela mente.”

Napoleão Bonaparte, séc XIX

a. Outros Conceitos

Após ter sido conceptualizada a Guerra da Percepção importa ver como esta pode ser empregue pelo vector militar em operações. Assim surgem outros conceitos do léxico militar que importa sublinhar para se poderem diferenciar.

O campo de actuação da Guerra da Percepção, nos aspectos cognitivos do processo de decisão, é transversal a outros conceitos como sejam o de Guerra da Informação. Esta é muitas vezes entendida como um conjunto de *hackers* procurando vulnerabilidades em redes de computadores e/ou a capacidade de induzir comportamentos, utilizando os Órgãos de Comunicação Social (OCS) para efectuar a manipulação psicológica de um determinado grupo. Conceitos como Guerra de Comando e Controlo, *Cyber War* e outros foram criados para actuar na Guerra da Informação, cujo objectivo é somente obter a informação relevante no momento certo e negá-la ao inimigo, estando o foco na informação e sistemas de informação. Outros já são usados há muito tempo, como seja a propaganda¹³, onde se procura o controlo da informação para a criação de uma percepção intencional.

A utilização da percepção em operações é também transversal a outros conceitos, como o da Gestão da Percepção do Departamento de Defesa dos EUA (DoD), como sendo todas as acções usadas para influenciar as atitudes e o raciocínio objectivo das opiniões públicas estrangeiras e consiste em Diplomacia, Operações Psicológicas (PSYOPS), Informação Pública (PI), Decepção Militar (MILDEC) e Acções Encobertas (Collins, 2003:1).

Integrada neste conceito a diplomacia é mais do que negociação e é usada para persuadir audiências sobre medidas políticas, intenções e acções tomadas ou a tomar.

A operacionalização da gestão das percepções através da PI¹⁴ não é novidade, mas face às potencialidades agora disponibilizadas pela “Idade do Conhecimento”¹⁵ adquiriu um novo “*élan*”, materializado nas possibilidades de uma intervenção mais alargada e

¹³ Propaganda – Sistema organizado para a propagação de uma doutrina ou causa com a finalidade de influenciar o espírito do público numa dada direcção (Soares, 1963:159).

¹⁴ Informação Pública – Consiste em dar a conhecer e promover a compreensão da missão entre todas as audiências chave, no interior ou em redor da Área de Operações Conjunta (AJP-01(C)).

¹⁵ Raul Junqueiro utiliza a expressão para referir o início de uma nova era onde as pessoas desempenham um papel primordial. Assim surge este novo paradigma da sociedade conectada, de informação, de mobilidade, de convergência e do conhecimento.



incisiva sobre a opinião pública.

Para o DoD, o objectivo primário da PI, em termos gerais, é informar a opinião pública sobre a política e decisões tomadas, por forma a garantir o seu apoio e aceitabilidade. A condução da PI, mesmo para os governos dos países designados como evoluídos, continua a ser uma arte que consome cada vez mais tempo, recursos e atenção da classe política, com o intuito de informar mostrando os factos.

A profusão de OCS e a grande diversidade de modos de difusão, disponibilizam uma grande quantidade de notícias, tornando desta forma mais difícil influenciar globalmente, ou mesmo regionalmente, as opiniões e as atitudes (Collins, 2007: 2). Face a este facto, muitas têm sido as políticas desenvolvidas pelos países para conseguirem passar a sua mensagem, como iremos ver em exemplos mais adiante.

Note-se que a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) assume que a PI transmite apenas a verdade sem manipulação, mas assumindo que só será útil quando dada em tempo, basta um pequeno atraso para estar a influenciar a percepção das audiências alvo.

Quanto às PSYOPS, estas são uma das ferramentas militares mais bem sucedidas e um importantíssimo multiplicador de potencial na prevenção de hostilidades, na diminuição de tensões, na preparação do campo de batalha e no fim das hostilidades. A sua enorme importância tem-se feito sentir em especial nas CRO, quando o apoio e o controlo de populações, não conectadas com qualquer das partes, é importante para o sucesso da missão e, em particular, quando o objectivo principal é a restauração da paz e segurança. O seu objectivo, quer em tempo de paz, crise ou guerra é enfraquecer a vontade e o potencial inimigo, reforçar a simpatia dos aliados e ganhar o apoio e cooperação dos Não Alinhados. Este conceito, apesar de ser do DoD, é muito similar ao da OTAN e é de frisar que o emprego das PSYOPS é muito restrito, suscitando dúvidas por parte de muitos países membros da Aliança.

A gestão das percepções feita pela MILDEC¹⁶, é feita de uma forma completamente diferente das outras disciplinas aqui apresentadas. Enquanto estas procuram persuadir, modelar e envolver as percepções das diversas audiências alvo, respeitando determinados limites da verdade, a decepção não. Esta faz uso e procura distorcer deliberadamente o sentido da realidade.

¹⁶ Decepção Militar – São acções desenvolvidas para provocar o engano do adversário pela manipulação, distorção ou falsificação das evidencias para induzir nele uma reacção prejudicial aos seus interesses (AJP-01(C)).



As acções de cobertura são conduzidas de forma a ocultarem (mascararem) a identidade dos actores. As acções de cobertura só são incluídas na gestão das percepções se a intenção do seu uso for influenciar o entendimento da situação (política e militar) por parte do adversário, pela modelação, limitação ou alteração da informação, criando-lhe a percepção adequada à prossecução dos objectivos.

Outro conceito do DoD é o das Operações de Influência, cujo foco é afectar a percepção e comportamentos dos líderes, grupos, ou populações inteiras. Esta emprega capacidades para afectar os comportamentos, proteger as operações, comunicar a intenção dos comandantes, e projectar informação precisa para alcançar os efeitos desejados através do domínio cognitivo. Estes efeitos devem resultar numa alteração do ciclo de decisão do adversário, indo ao encontro dos nossos objectivos (Air University, 2008: 2).

Estas capacidades no instrumento militar são as PSYOPS, a MILDEC, Operações de Segurança (OPSEC), Operações de Contra-Informação (CI), Operações de Contra-Propaganda e PI (Air University, 2008: 2). Desde logo surge a ideia de que as Operações de Influência são muito similares ao conceito de Gestão da Percepção, inclusivamente pelos meios que emprega.

Estas actividades permitem ao comandante moldar o espaço de batalha através da condução de informação ao público alvo, moldando as percepções dos decisores, garantindo a segurança da informação das nossas forças, defendidas de sabotagens, protegendo-nos contra espionagem, reunindo informações e comunicando aos espectadores globais / à audiência global informação seleccionada acerca das actividades militares (Air University, 2008: 2).

As Operações de Influência fazem parte dos sistemas de armas não letais ao dispor dos comandantes. Quando a força militar não está a dominar, a informação e a comunicação às audiências alvo tornam-se extremamente importantes (Briand, 2004: 2).

A percepção resultante das condições psicológicas de uma população no pós-conflito, ou a falsa percepção, requer que seja garantida a integração total da sua gestão no planeamento das acções, inclusivamente com outros actores que operem nessa área, militares ou civis. A falência da gestão das condições psicológicas das populações irá ser explorada por organizações, amigas ou beligerantes, contra os nossos próprios interesses (Briand, 2004: 4). Briand reforça a necessidade de integrar as diversas operações militares com os efeitos produzidos por OI e/ou ONG que cooperem na região e com a



administração local. Esta integração é fundamental para a percepção da necessidade das forças no terreno, contribuindo desta forma para a protecção da força.

Por exemplo, depois de determinados os alvos que afectam os decisores, os planeadores coordenam as capacidades com os objectivos que tencionam alterar os comportamentos dos receptores alvo. Imagens de crateras causadas por bombas e de alvos destruídos não são representativos de vitória – mas é-o a capitulação do adversário. No léxico das Operações de Influência, é a mudança num comportamento observado que define a vitória – não as mensagens bem elaboradas ou a informação fornecida/disponibilizada (Copelin, 2006: 2).

A Contra Propaganda é vista como um acto de impedir o adversário de desenvolver a sua propaganda, e protegendo a nossa força de ser corrompida por ela. Pode-se considerar que esta acção visa proteger a nossa força dos ataques à nossa percepção, utilizando essencialmente a PI para atingir esse fim.

Considera-se que as Operações de Influência possam ter surgido como um *upgrade* da gestão da percepção, na medida em que utilizam meios muito similares.

Por último, mas extremamente importante, porque é o único conceito que está definido a nível da OTAN, apresenta-se o conceito de INFO OPS, que é o conjunto de acções tomadas com vista a influenciar os decisores relativamente ao apoio dos objectivos políticos e militares traçados, afectando a sua informação, processos baseados em informação, sistemas de comando e controlo e sistemas de informação e comunicações, ao mesmo tempo que protegem a informação e sistemas de informação da aliança.

Desenvolve actividades nas áreas da influência, do anti-comando e controlo e da OPSEC. No âmbito da percepção, as INFO OPS compreendem qualquer actividade cujo objectivo primário é influenciar a vontade¹⁷ (persuadindo, convencendo, compelindo ou coagindo a adopção, ou o apoio à adopção, de uma determinada modalidade de acção pela condução entre outros das PSYOPS, MILDEC e Destruição Física).

Neste quadro conceptual e no que à percepção diz respeito, as INFO OPS usam as ferramentas comuns aos conceitos anteriores, como sejam as PSYOPS e as MILDEC e cooperam com o PI e o CIMIC. Os objectivos das INFO OPS são definidos ao nível estratégico e conduzidos ao nível operacional e tático.

¹⁷ Na OTAN as audiências alvo são aprovadas ao mais alto nível no North Atlantic Council (NAC) O NAC não trata de assuntos militares mas considera que a escolha das audiências alvo são uma questão muito sensível.



Assim sendo, considera-se que o conceito de INFO OPS da OTAN operacionaliza a Guerra da Percepção, sendo os conceitos do DoD preteridos relativamente a este.

Pelo que foi exposto, ao nível operacional no vector militar, a Guerra da Percepção é empregue pelas INFO OPS, em conjugação com outros instrumentos de poder, porque coordena o emprego ou ameaça de emprego, do uso de forças letais e não letais, para criar percepções nos outros com o propósito de alterar atitudes e condicionar acções.

b. Em Operações

Aquilo que consideramos ser a Guerra da Percepção, pode ser visto em alguns exemplos de campanhas militares ao longo da história, como se apresenta no Apêndice 1, onde se verifica que, no passado, a Guerra da Percepção, em operações militares, consistia em acções psicológicas e de decepção com o intuito de criar percepções que levassem o adversário a render-se, conjugadas com outras acções político-diplomáticas.

No futuro, analistas debruçar-se-ão sobre todos os aspectos da *“luta contra o terrorismo”* no Afeganistão e da Operação *Iraqi Freedom*, para daí retirar ensinamentos. A gestão da percepção Norte-Americana, constituiu uma obstrução à apreciação do público relativamente a temas que são sensíveis. O discurso oficial dos EUA sobre as baixas, a natureza e imediatismo da ameaça, o custo financeiro da guerra e da subsequente fase de estabilização e reconstrução foi afectado pela distorção e o pelo erro de cálculo (Conetta, 2004: 1). De facto, parece evidente, que a partir da declaração do Presidente dos EUA anunciando o fim da Guerra do Iraque, em Maio de 2003, o Governo Norte-Americano foi totalmente ultrapassado pelas circunstâncias, limitando-se a reagir e permitindo que alguns grupos se organizassem e iniciassem as acções subversivas.

O esforço gerado para dar a volta ao número de baixas e transformá-las em histórias de heroísmo criou a dúvida da sua veracidade. Em termos internos, a mensagem foi percebida, mas tal não veio a suceder com a Opinião Pública Internacional (Conetta, 2004: 2).

A história, em termos psicológicos, é a memória de uma nação. É o repositório não só de eventos objectivos, mas também de ilusões e falsos entendimentos que são filtrados até aos nossos dias (Farrell, 1968:72).

A constatação de Conetta justifica-se pela afirmação de Farrell porque, de facto, desde que os EUA se tornaram na única super potência militar a nível mundial, a sua luta pela democracia passou a ser vista por muitos como uma conquista de mais apoios e recursos, e neste caso em concreto, pela posse das jazidas de petróleo iraquianas.



(1) “Iraqi Freedom”

Após o ataque do 11 de Setembro, os EUA reactivaram as capacidades que tinham abandonado com o fim da Guerra Fria, como sejam de explicar mundialmente a sua política e de cativar a boa vontade internacional. Actualmente o Gabinete de Comunicação da Casa Branca assegura, ao mais alto nível, a orientação das actividades destinadas a criar a percepção favorável da sua política em geral e da defesa em particular. Conjuntamente com o Departamento de Estado e o Pentágono, coordena as políticas e as mensagens, gerindo a percepção estratégica dos EUA, exercendo em 2003 o esforço sobre o mundo islâmico com um orçamento, apenas para este ponto do globo, de mais de 750 milhões de dólares (Collins, 2003:1).

Apesar disto, num discurso, o Presidente dos EUA afirmou “ ... através da combinação de estratégias criativas e tecnologia avançada, nós estamos a redefinir a condução da guerra. Nesta nova era de guerra, podemos apontar e adquirir um regime ao invés de uma Nação”¹⁸. Esta afirmação cheia de confiança não teve, contudo, efeitos na operação do Iraque e, à medida que a acção subversiva se ia instalando, gerava-se a percepção de que aquele discurso não fazia sentido.

De acordo com Radvanyi e Collins, verifica-se que a Gestão da Percepção e a coordenação das diversas actividades estão centradas num departamento e são geridas ao mais alto nível da administração Norte-Americana. Contudo, a informação só é percepcionada se for credível, pelo que a afirmação do Presidente Bush foi bem aceite no início mas, aos poucos, todos os comunicados foram perdendo importância e valor.

Na verdade, a guerra que, para a administração Norte-Americana, seria rápida e sem danos colaterais, transformou-se num interminável conflito. Se atendermos a que hoje a vida humana tem um valor duplamente estratégico, porque a perda de homens afecta as convicções, também estas serão afectadas pelos danos no adversário e principalmente se estes forem colaterais. Por isso, a decisão de ir para a guerra tem de ter como figura central as baixas e os danos colaterais, sob risco da vitória militar não ser percepcionado como uma vitória política (Coletta, 2004: 2).

Face às pressões que a comunidade internacional exercia contestando esta guerra, os EUA desenvolveram um enorme esforço diplomático antes do início da operação, com o intuito de convencer os aliados europeus tradicionais para a sua causa. O discurso de 78

¹⁸ Discurso de George W. Bush em visita à Boeing, St. Luis Missouri. *Voice of America News*, a 16 de Abril de 2003.



minutos, proferido pelo então Secretário de Estado Collin Powel no Conselho de Segurança das Organização das Nações Unidas (ONU), a 5 de Fevereiro de 2003, e transmitido em directo para todo o mundo, não congregou as vontades em torno da sua causa. Em oposição, o discurso de resposta do Ministro de Negócios Estrangeiros francês Dominique Villepin, opondo-se à acção militar, foi aclamado com vivas por todo o mundo, criando a percepção de que os EUA estavam relativamente isolados na sua posição, já que nem propuseram à votação uma segunda resolução (Collins, 2003:1).

Como afirma Collins, perdida que estava a Guerra da Percepção na preparação do conflito, havia que salvaguardar que a intervenção ocorria de forma que a campanha pudesse atrair simpatizantes ou, no mínimo, que não aumentasse o número de descontentes com a invasão.

Antes e durante a campanha foram lançados sobre o Iraque mais de 80 milhões de panfletos ameaçando destruir qualquer força militar que resistisse. No primeiro dia só 250 militares se renderam às Forças Aliadas, mas o seu desaparecimento no final da campanha pode estar relacionado com este facto ou foi uma acção concertada com o claro propósito de passar à clandestinidade e continuar a combater dessa forma. É difícil perceber se, inclusivamente, os militares iraquianos desapareceram em virtude dos bombardeamentos, da falta de apoio logístico ou da combinação destes factores (Collins, 2003: 2).

A intenção da mensagem das PSYOPS era criar espanto e terror pelo esmagamento da força iraquiana e uso de munições de alta precisão e eficácia. Nas suas táticas, brancas e negras¹⁹, foram utilizados panfletos e transmissão via rádio, cuja emissão era similar à Rádio *Sawa*²⁰, recorrendo a veículos com altifalantes, Internet e mesmo correio electrónico. A mensagem não foi efectivamente percebida, pelo que as PSYOPS mudaram a mensagem do *knock out* para actividade e pressão constante (Collins, 2003: 3).

Parece que as acções de PSYOPS foram interrompidas com o final das operações, não tendo actuado durante o período em que ocorreram as pilhagens e destruição das estruturas que não tinham sido atacadas (Collins, 2003: 3). Aqui, Collins afirma que os EUA não acautelaram a Gestão da Percepção do pós-conflito com os efeitos que se conhecem.

¹⁹ São táticas brancas quando a fonte e quem patrocina a acção é declarado. Em contraponto, as táticas negras são encobertas, correndo-se o risco de se foram descobertas poderem por em causa toda a acção, inclusivamente os resultados das táticas brancas.

²⁰ Esta rádio é uma referência para as populações árabes mais jovens. A sua programação inclui música popular intercalada com noticiários e alguma publicidade.



Com vista a salvaguardar a verdade das operações, foram utilizados jornalistas inseridos, ou *embedded*, que acompanhavam as tropas e relatavam e captavam assim a realidade que lhes era mostrada e autorizada (Collins, 2003: 2). Esta medida, foi muito criticada pelos *freelancer* que a acusavam de ser uma censura. Porque se considera importante, é efectuada uma análise no Apêndice 2, onde se verifica que foi profícuo para as forças o emprego dos *embedded* por parte da Informação Pública da Coligação, pois permitiu a transmissão da verdade. Importa no entanto ressaltar que, neste caso, é essencial o jornalista informar em que qualidade está a produzir a peça, para que a audiência possa efectuar o seu julgamento.

É interessante verificar que este novo modelo tem sido utilizado por diversas forças desde então e foi inclusivamente algo que o regime iraquiano também tentou adoptar com jornalistas de OCS árabes. Pelas percepções que esta medida gera, ela também deverá ser equacionada no emprego da Guerra da Percepção.

No Iraque existe outra realidade que importa referir. Se outrora só os Estados guerreavam, hoje isso já não acontece, existindo empresas com segurança própria melhor preparadas do que muitos exércitos. Torna-se difícil explicar a um iraquiano cuja mãe foi atropelada por uma viatura de uma empresa de segurança privada, que essa acção não foi executada pelos militares da coligação. A percepção do iraquiano é de que foram os EUA que trouxeram essas empresas e que com elas colaboraram, ou pelo menos autorizaram o seu emprego sem regras, pelo que devem ser os EUA a responsabilizar-se por estas más condutas.

O conceito do soldado estratégico veio trazer a ideia de que a acção de um único soldado produz efeitos que ultrapassam em muito o resultado das acções a nível tático, criando muitas vezes uma percepção distorcida que enviesa os objectivos traçados. O contraste entre os efeitos das operações de combate e os efeitos das Operações de Influência evidenciou-se perante o fracasso de Abu Ghraib²¹ no Iraque. Esse escândalo, assim como o aumento de baixas de Não Combatentes, veiculadas pelos *média* de todo o mundo, fizeram com que na “rua Árabe”, em alguns cidadãos Norte-Americanos e no mundo de modo geral, comesçassem a diferenciar pouco entre a política da coligação e os actos criminosos cometidos por alguns militares com comportamentos divergentes dos restantes. Como poderiam planeadores de Operações de Influência bem preparados e

²¹ A publicação na imprensa em todo o mundo das fotografias de soldados Norte-Americanos a torturarem prisioneiros iraquianos neste complexo penitenciário a poucos quilómetros de Bagdad, foi um rude golpe para a imagem da coligação.



experientes, bem como especialistas, prever – ou mesmo evitar – a percepção distorcida dos acontecimentos relatados por parte de algumas audiências? (Copelin, 2006: 2).

Copellin interroga-se como se pode prever que a percepção origine efeitos distorcidos, contudo, se todos os filtros falharem e acontecerem incidentes com os efeitos relatados, tem de surgir de imediato uma resposta que crie a percepção de que tais actos são repudiados e condenados com celeridade e firmeza. Todos se lembram dos relatos e fotografias da prisão de Abu Ghraib, no entanto, ninguém fala ou comenta quais as consequências aos militares responsáveis e condenados por aquelas atitudes.

Como já exposto, a Guerra da Percepção actua de forma multi-disciplinar e abrangente, pelo que não se pode esgotar nas INFO OPS, e considera-se que este foi mais um dos erros dos EUA, na medida em que não houve um esforço de criar as condições de bem estar que aquela população ambicionava.

(2) ISAF

Se no Iraque existem diversas facções que se opõem ao governo provisório e às forças da Coligação, no Afeganistão os Talibans e o controlo de campos de papoila por senhores da guerra são a maior ameaça à estabilidade e ao desenvolvimento.

Para cumprir o mandato do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a OTAN criou a International Security Assistance Force (ISAF), com a missão de apoiar o Governo Provisório Afegão a exercer a sua autoridade em todo o país, criando as condições para a estabilização e reconstrução nacionais.

Por falta de resultados já existiram diversas estruturas de comando para as INFO OPS, dentro das Operações Correntes (J3), que se debatem também com falta de meios (*software*) para desenvolver o seu trabalho, porque as nações que os possuem não os disponibilizam à ISAF. Como é doutrinário, as INFO OPS aconselham e coordenam as actividades de informação militar. São realizadas duas reuniões semanais para coordenar as actividades. A coordenação com a PI e com a CIMIC produz resultados, contudo, estas acções da ISAF esbarram com o facto de não serem integradas com as acções dos Provincial Reconstruction Team²² (PRT).

Os PRT foram criados como estruturas integradoras dos objectivos militares e civis presentes no Afeganistão. Cada PRT tem uma nação, ou uma OI líder e é responsável pelas operações, civis e militares, no interior e em redor da mesma.

²² Segundo um relatório do *United States Institute of Peace* são “pequenas organizações conjuntas de civis e militares com a missão de promover a boa governação, segurança e reconstrução de um país”.



A actuação das INFO OPS da ISAF é limitada, porque as acções desenvolvidas no âmbito da melhoria da qualidade de vida das populações e da segurança nos PRT, são noticiadas como um esforço de determinada nação, não existindo a possibilidade de coordenação das acções. Assim na prática, a coordenação, essencial para atingir os efeitos desejados não existe, pondo em causa toda a estrutura, sendo raros os produtos operacionais das INFO OPS.

c. Síntese Conclusiva

Pela análise dos conceitos aqui apresentados do DoD (Gestão da Percepção e Operações de Influência) verifica-se que estes têm como propósito influenciar as atitudes e comportamentos. Contudo, e porque já existe um conceito similar na OTAN, se considera que as INFO OPS materializam a Guerra da Percepção no vector militar.

Como já exposto, a Guerra da Percepção actua de forma holística pelo que não se pode esgotar no vector militar. Não basta desenvolver campanhas de informação, é preciso demonstrar a vontade congregando as acções económicas-socias, política-diplomáticas, etc., para conquistar os líderes e a população de modo geral.

Na generalidade do mundo islâmico as actividades diplomáticas das Coligações lideradas pelos EUA não têm obtido resultados favoráveis à sua política. A diplomacia demora anos a atingir os seus resultados e exigem uma visão a longo prazo. Contudo interesses nacionais inviabilizam a congregação de esforços e políticas. Também as INFO OPS têm tido problemas na coordenação, pelo que o seu produto operacional é muito limitado e circunstancial.

Actualmente é difícil influenciar as opiniões públicas localmente e regionalmente, face ao espectro de informação e face ao leque de meios de influência. O recurso à diplomacia, à PI, às PSYOPS e ao CIMIC deve continuar a ser usado e deve ser feito um esforço no sentido de retirar ensinamentos dos erros de operações como a do *Iraqi Freedom*.

Em conclusão, considera-se que ao nível operacional no vector militar, a Guerra da Percepção é empregue pelas INFO OPS, em coordenação com outros instrumentos de poder, porque possui a possibilidade, pelo emprego ou ameaça de emprego, do uso de forças letais e não letais, de criar percepções nos outros com o propósito de alterar atitudes e condicionar acções.



3. As Forças Armadas Portuguesas e a Percepção

A percepção foi utilizada pelos nossos decisores políticos e militares em diversos conflitos do passado. Mas como já referido a Guerra da Percepção não é o emprego das percepções em campanha. Contudo, considera-se que a actuação de Portugal no Teatro da Guiné, durante a Guerra do Ultramar, foi um exemplo paradigmático, porque esta visava a neutralização dos guerrilheiros. Para atingir este desiderato, os vários instrumentos de poder actuaram de forma coordenada, procurando alcançar uma situação estável e pacífica, bem como, o reconhecimento da Guiné como província legítima de Portugal. Assim, no Território desenvolveram-se acções coordenadas de segurança e de propaganda sobre os guerrilheiros, acções de apoio ao desenvolvimento ao nível da educação e da melhoria das condições sociais, com significativo investimento público, com o propósito de manter internamente a população favorável à política ultramarina e de manter satisfeitas ou conformadas as populações autóctones e acções no âmbito da política externa, passando a imagem de que Portugal satisfazia as necessidades das populações com o intuito de esvaziar as críticas e assim obter apoios a nível internacional.

Mais do que se fazer uma retrospectiva dessas acções e/ou retirar lições aprendidas, pretende-se analisar como as políticas podem utilizar a percepção na prossecução dos actuais interesses de Portugal. Impõe-se portanto analisar se existe oportunidade para Portugal fazer uma Guerra da Percepção dinamizada pela Política de Defesa Nacional.

No Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) Portugal declara que é sua intenção *“honrar a sua tradição humanista na ordem internacional, contribuindo, neste novo século, para o diálogo entre as nações, culturas e civilizações, a defesa dos direitos humanos, a promoção dos valores democráticos, o primado do direito internacional e a resolução pacífica dos conflitos, no respeito pela Carta das Nações Unidas e utilizando a sua específica capacidade de relacionamento com outros povos”*. A participação de Portugal no quadro de intervenções militares multinacionais, terá em conta *“a proximidade dos nossos interesses, a violação daqueles princípios e a satisfação dos compromissos internacionalmente assumidos, sendo decidida em cada caso, e de acordo com os valores e regras constitucionais”* (CEDN, 2003: 10).

No Programa do XVII Governo é reforçada a ideia de que a segurança não é exclusivamente a defesa militar de Portugal, mas é também a segurança humana e para fazer face às novas ameaças a resposta terá de ser encontrada num quadro de segurança colectiva. Assim Portugal assume-se como fazendo parte da segurança colectiva e mostra



intenções de continuar a participar em missões sob a égide da ONU, União Europeia (EU), OTAN, Organização de Segurança e Cooperação para a Europa e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

O Governo afirma manter o empenhamento nos projectos de CTM com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). A este propósito, no âmbito externo, a política de cooperação deve ser assumida como um instrumento de acção estratégica essencial para a afirmação dos nossos interesses, visando entre outros os seguintes objectivos:

- Contribuir para o incremento das nossas relações económicas externas com regiões com menores índices de desenvolvimento;
- Valorizar a afirmação da cultura e da língua portuguesa no mundo;
- Reforçar o nosso relacionamento político e diplomático, designadamente no espaço da CPLP;
- Potenciar os objectivos e os instrumentos da cooperação portuguesa, através de uma participação apropriada no sistema multilateral.

Em Janeiro de 2003, com a criação do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), organismo na dependência do MNE, foi-lhe atribuída “*a supervisão, direcção e coordenação da ajuda pública ao desenvolvimento; o planeamento, programação, acompanhamento e avaliação dos programas e projectos de cooperação e o enquadramento adequado dos programas de cooperação e de ajuda pública ao desenvolvimento financiados e realizados por outros organismos do Estado e demais entidades públicas*” (IPAD, 2006: 37).

Entre outros, Portugal identifica como objectivo da CTM com os países da África Subsariana e, especialmente, com os PALOP e com Timor Leste, contribuir para o estreitamento da Cooperação no Mundo Lusófono, e na CPLP em especial, reforçando os laços culturais, históricos e económicos, o uso da língua portuguesa e projectando a visão humanista da Lusofonia (MDN, 2008).

Para tal Portugal desenvolve, através do Instituto Camões, uma política de acolhimento de jovens estudantes bolseiros nos mais variados domínios, inclusive no ensino militar. Em complemento, algumas das acções de formação são realizadas nesses países, com formadores portugueses, utilizando os nossos programas adaptados às realidades e especificidades de cada país.



Portugal tem a capacidade de desenvolver parcerias em diversos domínios que englobam o planeamento, execução e supervisão de projectos. A nível militar surgem oportunidades no âmbito da formação e assessoria, investigação e desenvolvimento, prestação de serviços (aquisição e manutenção de equipamentos), onde a língua e o conhecimento das gentes são um factor a explorar e que importa cimentar.

a. Informações Militares e INFO OPS

Os Estados necessitam de informações para proteger os seus interesses e para projectar os interesses através da influência nos outros. Também a Guerra da Percepção necessita de informações para estudar a tomada de decisão política, porque raramente a estrutura formal é a real. Assim é importante conhecer quais os canais de influência por forma a saber a quem se pretende alterar as atitudes e os comportamentos.

Após os atentados do 11 de Setembro, verificou-se um incremento das actividades de recolha de informação através do Human Intelligence²³ (HUMINT). Nesta medida, as FFAA podem dar um elevado contributo porque desenvolvem actividades em áreas onde Portugal tem interesses.

A falta do Sistema de Informações Militares resulta também do facto de que legalmente este só pode ser de nível operacional, já que as informações de nível estratégico estão a cargo do Sistema de Informações Estratégicas de Defesa (SIED) e porque este se iniciaria ao nível tático, não existindo um sistema de Informação pesquisada por vectores de Vigilância, Aquisição de Objectivos e Reconhecimento (ISTAR), que permita efectuar a recolha. Face ao exposto o Estado Maior General das Forças Armadas (EMGFA) socorre-se dos meios congéneres cujo produto pode estar enviesado consoante os interesses em presença.

Actualmente existe um projecto para integrar as Informações Militares (EMGFA) no Sistema de Informações da República (Alves, 2008), através do SIED, mas sente-se claramente uma falta de cultura de informações por existir ainda um estigma muito grande relativamente aos serviços do passado.

Considera-se que em tempo de paz, a CTM também podia concorrer para esta recolha. Contudo, tal não poderia ser referenciado porque colocaria em descrédito toda a actividade. De referir ainda que a generalidade dos Adidos Militares acreditados em Portugal tem formação específica ao nível das informações, prática que não seguimos.

²³ HUMINT – É a informação obtida de notícias fornecidas por origens humanas (RCI, 2006:I-2-2).



É impossível haver Guerra da Percepção sem haver recolha e análise de informação, para que inclusivamente as INFO OPS trabalhem orientadas para o efeito que se pretende.

Neste contexto, como já foi referido no capítulo anterior, quando em operações a Guerra da Percepção proporciona uma mais valia na gestão de conflitos, pelo que Portugal pode e deve constituir forças capazes de interoperar sistemas de INFO OPS que se relacionem com outras acções política-diplomáticas, sócio-económicas e informacionais. Contudo estas acções têm de ser coordenadas ao nível político e integradas ao nível do EMGFA.

O nível de ambição de Portugal em operações (uma Brigada (CEM, 2003)) é um escalão táctico pequeno para desenvolver INFO OPS pelo que não faz sentido pensar em INFO OPS Nacionais na Componente Terrestre. Contudo, no nível operacional, actuamos nos quadros multilaterais pelo que torna-se importante desenvolver este *know how*.

Assim, à semelhança do que já se vai fazendo em exercícios conjuntos, a Divisão de Operações (DIOP) do EMGFA devia constituir uma célula que coordenasse esta actividade, sendo que para tal muitas outras tarefas têm de ser desenvolvidas.

b. Gestão da Informação Pública

As FFAA têm um papel fundamental na projecção da Política Externa do Estado e esta é uma mensagem que tem de ser passada para a opinião pública. O país tem responsabilidades partilhadas a nível internacional na manutenção de paz. Fazer passar a mensagem que a nossa fronteira de segurança não é aqui mas o mais afastado possível, como por exemplo no Afeganistão. Este aumentou a produção de opiáceos e, cerca de 80% da sua produção é consumida na Europa. Enquanto aquela zona do globo não estiver estabilizada, não poderemos ter segurança.

O facto de estar lá destacada uma Companhia de Comandos sem *caveats* prestigia-nos internacionalmente, o que se sente nas reuniões na OTAN. A classe política portuguesa já percebeu que devemos fazer este esforço, no entanto o trabalho de persuasão da opinião pública interna ainda está por fazer.

A Guerra da Percepção não visa a nossa população, mas as percepções geradas na nossa opinião pública não podem ser descontextualizadas porque elas influenciam as opções dos governantes portugueses.



Isto faz com que actualmente haja coordenação a nível governamental de concertação das respostas entre o Primeiro Ministro (PM) e o Presidente da República, principalmente quando ocorre uma baixa em operações.

Outro dos aspectos que importa frisar é de que não existem directivas ministeriais sobre a PI, pelo que, a Defesa pode não vir a falar a uma só voz. É certo que existem procedimentos comuns e assumidos como é no caso de morte de militares, mas parece difícil perceber porque cada Ramo tem a sua forma própria de actuar, diferente inclusivamente do EMGFA.

Face à importância que a PI apresenta, considera-se que esta deve funcionar de forma integrada e sob direcção do futuro Estado Maior de Defesa especialmente em operações.

c. Cooperação Técnico-Militar

A nível de Política de Segurança e Defesa, o Programa de Governo não define objectivos para a CTM, que vão para além da manutenção dos projectos em vigor/ a decorrer, pelo que se faz a análise dos objectivos da Política de Cooperação.

A Guerra da Percepção pode parecer não fazer sentido num contexto de cooperação, mas como sublinhado no capítulo 1, esta não se resume à conflitualidade, está para além dela. Além disso, os objectivos da Guerra da Percepção continuam presentes, na medida em que se pretende saber qual a percepção que a nossa cooperação vai provocar no nosso amigo e, inclusivamente, permite avaliar quais serão as medidas onde a nossa ajuda poderá ser mais eficaz.

Assim, desde logo se compreende que a CTM possa ser um campo para a Guerra da Percepção, pois permite responder ao objectivo de não desperdício de recursos, porque a observação e análise da sua aplicabilidade e proveito, permite economizar recursos de acordo com os interesses em presença.

O importante desafio que se coloca a Portugal é o de saber articular, nos planos político, militar, económico e cultural, a dinâmica da sua integração europeia com a dinâmica de constituição da CPLP.

O Governo assume que há que aplicar “...*princípios de coordenação política e institucional que permita o melhor aproveitamento dos recursos humanos e financeiros e impeça a.../dispersão de meios e fragmentação das acções*”. Na visão estratégica para a cooperação portuguesa, assume a preocupação em estabelecer uma ligação visível,



consequente e eficaz entre princípios, prioridades, programas e projectos, procurando atribuir clareza e objectividade à cooperação portuguesa (RCM, 2005).

É neste prisma que tem de ser encarada a Guerra da Percepção. Não se pretende mostrar formas para asfixiar as economias débeis daqueles que em nós confiam, mas de uma forma realista saber o que se pretende, a que custos e em troca do quê.

Sem monopolizar a economia e a sociedade, como a China está a fazer em África, ou como Cuba fez no início da independência das ex-províncias ultramarinas, considera-se que é possível encontrar pontos de interesse comum para que ambas as partes ganhem ou se sintam vencedoras. A CTM pode ser um dinamizador desta acção, inclusivamente na formação de quadros superiores e intermédios. A formação das elites militares tem muita importância, porque estas têm peso político na tomada de decisão.

Portugal tem um défice em termos de coordenação interministerial (Saraiva, 2008: 1). Apesar de ter evoluído muito nos últimos anos em matéria de política de segurança e desenvolvimento, a CTM não está devidamente multilateralizada e existem dificuldades em fazer a coordenação com os vectores do desenvolvimento a montante do MDN. Sabe-se que não pode haver política de segurança sem desenvolvimento sustentado, facto expresso nas linhas gerais de orientação estratégica para a cooperação (RCM, 2005: 2).

Portugal define que pretende multilateralizar a CTM, porque de forma bilateral, não resolve o problema, procurando por isso utilizar as OI de que fazemos parte para maximizar o proveito de todos. Só existe um programa de cooperação trilateral em África com os EUA. No quadro da segurança cooperativa, Portugal procura reforçar as capacidades africanas dentro das suas Organizações Regionais. Neste sentido surgiu o Programa de Apoio às Missões de Paz em África²⁴ (PAMPA) que representa um progresso na CTM, embora esteja longe de alcançar a dimensão ambicionada. Obviamente o PAMPA não é comparável ao programa congénere francês²⁵, mas a sua contribuição para a segurança em África não é irrelevante. Falta promover actividades diplomáticas para adquirir maior visibilidade e apoios inclusivamente de Bruxelas.

Considera-se que o projecto da Escola de Operações de Apoio à Paz não pode ser encarado como meramente militar. Ele tem de ser visto como podendo potencializar

²⁴ O PAMPA foi criado com o intuito de conjugar as relações estritamente bilaterais com a dimensão multilateral, da segurança e defesa em África tendo em consideração, designadamente, a dinâmica das respectivas organizações.

²⁵ O MDN tem participado nos Exercícios do programa francês *Renforcement des Capacités Africaines de Maintien de la Paix* (RECAMP) e participa activamente no *Africa Center for Strategic Studies* (ACSS), onde mantém um Oficial colocado em permanência (Pereira, 2008:36).



Angola, e desta forma aqueles que a apoiarem. Precisa de ser negociado porque é ambicionado também por outros países da África Austral, pelo que carece do apoio político-diplomático podendo Portugal constituir-se como apoiante de Angola.

Portugal assumiu falta de realismo e consequência em alguns dos projectos do passado, possivelmente por falta de avaliação da CTM. Esta é feita através dos relatórios mensais dos directores de projecto e de assessoria, e através de visitas ao terreno. Todos os anos é feita uma avaliação interna e a meio do projecto realiza-se uma reunião em Portugal ou no país a que essa cooperação respeita. No momento em que se renegoceia o programa quadro, realiza-se outro momento de avaliação. O facto de existir avaliação não impede que muitas vezes não existam projectos que já deveriam ser autosustentados, mas que continuam em funcionamento porque o parceiro tem os seus ritmos, capacidades, recursos e vontades. Esta é uma opção política que se toma tendo em conta a importância daquela área específica, ainda que o parceiro não lhe atribua a mesma importância ou não seja capaz de o fazer.

Apesar de tudo, a CTM é vista como um caso de sucesso porque, depois da forma como foi feita a descolonização, esta foi essencial para garantir aquilo a que se chama Capacitação Institucional e Organização Superior desses Estados. Inclusivamente, durante a guerra civil e no período pós-conflito, a CTM aumentou a sua importância porque contribuiu para a integração exemplar das facções oponentes, transformando-as em Forças Armadas Nacionais. A CTM foi assim fundamental para os outros vectores, que aproveitando a estabilidade, desenvolveram os seus projectos. Esta coordenação surgiu naturalmente sem uma estrutura organizacional coordenadora das actividades interministeriais (Serra, 2008).

Verificando-se a necessidade de dotar a política de cooperação de uma estrutura mais eficiente, que passa pela clarificação das funções e competências das diferentes instituições que têm competências no domínio da cooperação, considera-se que neste âmbito a CTM se deve manter na Direcção Geral de Política de Defesa Nacional, embora mantendo grande relacionamento com a Direcção Geral de Política Externa / MNE, por forma a coordenar as actividades com um incremento de troca de informação.

Em conclusão, considera-se que a Guerra da Percepção, pode potencializar os projectos comuns, influenciando as atitudes e os comportamentos, demonstrando assim, enorme utilidade e relevância para a afirmação e visibilidade externa de Portugal.



d. Operações de Resposta a Crises

Nos últimos anos Portugal tem participado em Operações de Manutenção da Paz, onde pode ser medida a percepção das suas acções. Claro que, como Portugal nunca participou isoladamente, mas fazendo parte de coligações no âmbito das políticas de defesa e aliança, a percepção das nossas acções é mais facilmente associada ao contingente terrestre português, restringido a uma determinada área, embora as outras componentes também provoquem percepções.

Para as poder medir, importa saber quais foram os objectivos estabelecidos na elaboração da força, durante a conferência de geração de forças e o que se pretendia alcançar com as mesmas.

O processo de tomada de decisão é bastante participado e tem obedecido ao diálogo entre os dois ministérios (MDN e MNE), o qual se baseia nas recomendações dos Chefes Militares, em consulta com o PM, sendo depois aprovado pelo Conselho Superior de Defesa Nacional e em que a opinião maioritária do Parlamento não é irrelevante.

O potencial estratégico é reduzido pelo que não se podem ultrapassar determinados patamares que o país tem vindo a assumir e a comprometer-se sob risco da nossa própria população não compreender a opção política. Portugal devia ter 8% dos seus meios prontos ou empenhados em operações e está abaixo dos 4% (Quadros, 2008). Estas limitações têm repercussões em negociações, não apenas no âmbito da Segurança Cooperativa, pondo em causa a credibilidade nacional.

Na Componente Terrestre, Portugal tem contribuído essencialmente com forças de combate pela opção estratégica de ter meios de apoio logístico e apoio de combate disponíveis para se levantar uma Brigada (Quadros, 2008). Efectivamente, quando se empregam forças de combate, ao mesmo tempo existem apoios de combate e de serviços, que conseguem, com a capacidade sobrança, desenvolver acções em prol das populações, assim contribuindo para uma percepção positiva. Não é apenas o carácter expedito e improvisador português, são também as restrições económicas e a necessidade de cativar os corações das populações, é conquistar a cabeça mas também os corações. Conquistar a cabeça significa prover segurança para depois alcançar os corações. Conquistar os corações é fazer com que as pessoas aceitem aquilo que fazemos de bom grado, o que desde logo contribui para a protecção da força. Este trabalho não é institucional porque não está englobado na missão, mas ao fazê-lo subsidiariamente, contribuiu também para a recolha de informação, porque apenas com confiança é que há troca de informação. Esta parceria,



da conquista da cabeça e do coração é fundamental. É claro que isto é muito mais fácil de pôr em prática nos Balcãs do que no Afeganistão ou no Iraque, essencialmente devido às diferenças culturais e ao móbil destes conflitos.

Se a finalidade destas missões era atingir os objectivos expressos no Programa de Governo – participar em missões no âmbito dos compromissos internacionais, como elemento da segurança colectiva – pode-se afirmar que os objectivos foram parcialmente atingidos, já que em algumas dessas missões a paz, necessária ao desenvolvimento, foi alcançada de momento.

O Comandante Virgílio de Carvalho considerava, de uma forma realista, que Portugal não deve desenvolver a pretensão de ir muito mais além da consecução de prestígio e influência. Na verdade, neste contexto não é possível desenvolver muito mais percepções face à realidade do nosso País.

Em algumas das missões foram desenvolvidas tarefas com o intuito de criar uma boa imagem da força portuguesa, que passavam pela divulgação de produtos em rádio ou em folhetos. Contudo essas acções não foram coordenadas, medidas ou definidas a nível superior. Em Timor, houve um maior incremento de acções sócio-económicas e político-diplomáticas com reconstrução de escolas a serem executadas por tropas portuguesas, com o envio de professores e livros para fomentar a divulgação da língua de Camões, um grande esforço na construção do sistema legislativo e judicial, bem como, na constituição da força de segurança interna. Certo é que, até pelo papel de Portugal nos fóruns internacionais no passado recente, as populações têm a percepção de Portugal ser um país amigo, o que contribuiu para a protecção da força e o prestígio nacional.

Será por esta intenção que se tem visto um crescente aumento de unidades de engenharia? No caso do envio de forças para o Líbano, o Departamento de Operações de Manutenção de Paz das Nações Unidas, indicou onde tinha maiores necessidades e Portugal ponderou entre enviar uma unidade de combate ou uma de engenharia. O MNE afirmou a importância da participação na *United Nation Interim Force in Lebanon* (UNIFIL), porque foi o ministro português que solicitou a reunião extraordinária da UE para debater a situação no Líbano, que se estava a deteriorar. Adicionalmente entendeu-se que tínhamos de ser consequentes e não era compatível não enviar tropa quando se tinha iniciado o processo. Através das informações do SIED e da Divisão de Informações (DIMIL) do EMGFA, verificou-se que a situação no Líbano é suficientemente grave para se adequar a nossa participação àquele teatro. Foi feito um exercício, embora não de uma



forma metódica e sistemática, cujo objectivo visava optar entre uma força de combate muito exposta ou uma força de *softpower*. Chegou-se à conclusão que a companhia de engenharia seria a melhor solução porque era um teatro de elevado risco, de ambiente incerto, num local do qual se possuía pouco conhecimento e *know how*, logo uma unidade de engenharia seria vista como apoio ao desenvolvimento e portanto criaria uma relação de maior proximidade com as populações.

Por exemplo, de forma algo informal, que caracteriza o nosso processo de tomada de decisão, temos sido bastante assertivos na adequação dos recursos disponíveis. No caso do terramoto no Paquistão, Portugal viu uma janela de oportunidade ao enviar uma equipa de médicas integradas na NATO Response Force, tendo sido louvado por isso. Tratando-se de um País Muçulmano, respeitámos a sua cultura ao enviar aquela equipa especificamente para tratar mulheres.

Algumas forças actuam em países onde é possível empresas portuguesas desenvolverem as suas actividades em segurança com proveitos de vária ordem. Estas forças possuem conhecimentos sobre necessidades das populações que podem ser exploradas por empresas civis, devendo essa informação ser recolhida e difundida a quem de direito. Como já referido, o apoio ao desenvolvimento e à reconstrução produz efeitos económicos e sociais nas populações, proporcionando o desenvolvimento das empresas e indirectamente do País e aumenta o prestígio de Portugal, cumprindo desta forma um dos objectivos definidos.

Neste momento Portugal envia para as operações militares, agentes policiais e civis. Promovem-se reuniões de alto nível entre o MDN e o MNE. No entanto, falta uma perspectiva abrangente, explicada pelo facto de o Ministério de Administração Interna não participar nestes encontros. Tem-se verificado que a gestão tem sido feita de forma reactiva e não estruturada.

Portugal tem uma ambição muito superior aos seus recursos. Se tivéssemos as capacidades institucionais de apoio ao desenvolvimento e da segurança a trabalhar de forma integrada e articulada, possivelmente com o mesmo valor de recursos poderíamos ter uma PRT a funcionar. Claro que esta acção não pode ser só militar e tem de ser coordenada ao nível governamental, para obter vantagens políticas, económicas e militares, na utilização dos instrumentos da Guerra da Percepção, principalmente em conflitos de baixa intensidade.



e. Síntese Conclusiva

A percepção é definida a nível político e subentendida nos programas de governo e nos conceitos estratégicos. Existem expressas intenções de coordenação de políticas, mas são coordenações de pouca relevância e que não possuem claros resultados para Portugal.

Como referido nos capítulos anteriores não se pode analisar o domínio cognitivo separando-o do informacional. Tal adquire maior relevância se não se dispuser de um sistema de informações que alimente o processo, pois assim a Guerra da Percepção fica sem instrumento para actuar e validar as actividades desenvolvidas.

Também parece lógico que as INFO OPS só possam actuar numa lógica de Estado Maior Conjunto, ficando-se portanto a aguardar que na futura estrutura do Comando Operacional Conjunto, estas estejam integradas no seu Estado Maior.

Acredita-se ser importante que a IP coordene as suas actividades com as demais actividades de defesa, medindo inclusivamente as percepções que gera.

Nem todas as nossas relações se enquadram em relações de cooperação, pelo que importa constituir estruturas capazes de fazer face a situações de conflito. A percepção tem de ser coordenada entre os vários sectores nacionais pelo que implica sistemas de informação e coordenação ágeis. Esta não pode ser baseada no momento devendo possuir um plano estruturado e faseado.

Ao explorar o vector da percepção, Portugal pode desenvolver ainda mais a sua economia e a daqueles com quem coopera, potencializando a visibilidade Nacional, na lógica da política de segurança e desenvolvimento.

Contudo, a cooperação bilateral não pode ser vista como uma ajuda interesseira com ganhos a nível económicos e outros, sob o risco de ser encarada como uma nova forma de colonialismo, principalmente junto dos PALOP. Se essa for a percepção desses povos, todo o esforço desenvolvido poderá volatilizar-se.



Conclusões Finais e Recomendações

“É um erro crasso ver o inimigo como um alvo. Na guerra o inimigo é um grupo de pessoas. Alguns terão de ser mortos. Outros terão de ser capturados ou andar escondidos. A grande maioria, contudo, terá de ser persuadida.”

Frederick Kagan, "War and Aftermath," Policy Review, Aug 03

O estudo começou por definir a Guerra da Percepção face ao espectro da conflitualidade actual. Assim, e para determinar a definição do conceito, caracterizou-se a percepção identificando o funcionamento dos aspectos cognitivos com relevância para a problemática e procurou-se descrever o objectivo e o alvo da Guerra da Percepção.

A percepção é um dos aspectos do funcionamento cognitivo do tratamento da informação dos seres humanos, pelo que, no estudo da Guerra da Percepção não se pode dissociar o domínio cognitivo do informacional. Para cada um existem três realidades: a que acreditamos, a que julgamos que os outros acreditam e a realidade, pois na verdade a informação recolhida é processada por um sistema racional e emotivo.

No interesse de um Estado, ao alterar a percepção dos outros, o alvo será sempre o decisor, embora a opinião pública possa influenciar o decisor, não esquecendo que o foco da Guerra da Percepção são os efeitos gerados ao nível do processo de tomada de decisão.

Assim a Guerra da Percepção actua como um catalisador dos efeitos das percepções geradas pelos instrumentos económicos, diplomáticos, militares e psicológicos e tem como objectivo influenciar os decisores com o intuito de atingir os interesses dos Estados, nomeadamente no domínio de segurança e defesa. Logo a Guerra da Percepção tem de ser planeada e supervisionada pelo poder político, devendo existir estratégias para a sua operacionalização e emprego.

Na “suprema da excelência” a Guerra da Percepção actua com o fim último de todos se sentirem vencedores, embora na realidade alguns ganhem mais do que os outros, porque uns tornam-se dependentes dos outros.

Conclui-se que Guerra da Percepção é a luta entre competidores que procuram interferir na tomada de decisão mental a fim de influenciar as atitudes e comportamentos dos decisores, onde existam interesses a preservar ou a adquirir. Desta forma, está validada a hipótese levantada à primeira questão derivada – *Como podemos definir a Guerra da Percepção face ao espectro de conflitualidade actual.*

De forma a operacionalizar o conceito, diferenciou-se o mesmo de outros que têm como propósito influenciar atitudes e condicionar comportamentos. Assim verificou-se a



diferença entre conceitos como Gestão da Percepção ou Operações de Influência da Guerra da Percepção e, na análise das campanhas estudadas, viu-se que estas não podem ser apenas PSYOPS conjugadas com PI e outras disciplinas militares, sendo, provavelmente este um dos erros dos EUA, na medida em que não houve um esforço de criar as condições de bem estar que aquelas populações ambicionavam.

A coordenação essencial para atingir os efeitos desejados, não existiu, tendo sido já experimentados algumas estruturas para a operacionalização das INFO OPS nos Joint Coordination Boards.

Extremamente importante é a coordenação efectuada pelas INFO OPS, entre a PI e o CIMIC, evitando assim que as percepções geradas possam ter efeitos nefastos, em que a credibilidade posta em causa por razões éticas, em virtude de ser percepcionada que os interesses dos Estados se sobrepõem aos interesses das nações apoiadas. As políticas e as acções de divulgação devem andar de mãos dadas, mas as acções de divulgação não vendem políticas que não sejam credíveis.

Actualmente é mais difícil influenciar as opiniões públicas que no passado, em virtude do enorme leque de informação disponibilizada, sendo esta mais uma razão para empregar o efeito multiplicador do potencial de combate das INFO OPS, mas importa frisar que estas só surtem efeito se forem definidas a nível estratégico e coordenadas com outras acções de natureza diversa.

Na Guerra da Percepção, todos os instrumentos em poder dos Estados têm as suas próprias campanhas, actuando de forma sincronizada, em contraste com as guerras absolutas da I e II Guerra Mundial onde o vector militar era o principal instrumento, e os outros contribuía para este.

Do ponto de vista militar e em campanha ao nível operacional, a Guerra da Percepção é conduzida pelas INFO OPS, porque esta coordena as actividades militares que criam a percepção nos decisores adversários, pelo emprego ou ameaça de emprego, do uso de forças letais e não letais, com o propósito de alterar atitudes e condicionar comportamentos, validando a hipótese levantada à segunda questão derivada – *Como se desenvolve a Guerra da Percepção em operações.*

Após verificar-se o que é a Guerra da Percepção e como pode ser operacionalizada no vector militar, procurou-se analisar que efeito poderia ter o seu emprego pelas Forças Armadas Portuguesas.

Nota de realce é certamente o facto de não existir um Sistema de Informações



Militares, o que pode inviabilizar a operacionalização de todo este conceito. A estrutura do mesmo não foi abordada neste trabalho, mas certamente ela não pode ser puramente tática. Neste domínio, e apesar de já existirem cursos nas FFAA de INFO OPS, ainda não existe nenhuma estrutura conjunta permanente que operacionalize esta disciplina.

Também não são medidas as percepções geradas pelas actividades das FFAA, inclusivamente ao nível da IP, desconhecendo-se desta forma os efeitos gerados pelas mesmas junto da opinião pública Nacional.

Ao nível da Política de Defesa Nacional ou do MNE, verificou-se que a coordenação das percepções geradas ao nível da cooperação bilateral ou das missões de apoio ao desenvolvimento e segurança, no quadro multilateral, sob a égide da OTAN ou EU, torna-se uma mais valia porque aumentam a visibilidade externa de Portugal e nos alicerçam nas alianças de defesa e segurança de que fazemos parte.

Neste âmbito, as políticas têm de ser bem geridas pois quer em CRO com as FND ou na CTM, pode-se criar a percepção de que apenas nos importa os interesses de Portugal, o que iria provocar uma falsa percepção com efeitos extremamente nefastos, como aqueles que os EUA experimentam nos casos relatados.

Ao verificar-se que a Guerra da Percepção pode ser empregue pelas Forças Armadas em apoio à Política de Defesa Nacional, validou-se a hipótese à última questão derivada – *De que modo as Forças Armadas Portuguesas podem contribuir para os objectivos nacionais abrangidos pela Guerra da Percepção.*

Conclui-se assim que a Guerra da Percepção é uma disciplina autónoma, concorrente com as demais formas de guerra, que pode ser operacionalizada no vector militar pelas INFO OPS, em coordenação com outros instrumentos de poder do Estado, com aplicabilidade no caso Português, pois será um multiplicador da nossa influência e prestígio nos locais onde Portugal tem interesses. Fica assim respondida a questão central – *De que forma a Guerra da Percepção pode constituir-se como um valioso instrumento da Política de Segurança e Defesa de Portugal.*

Demonstrada a aplicabilidade do conceito e que o mesmo proporciona mais valias na persecução dos objectivos da Política de Defesa Nacional, parece natural constituir um conjunto de orientações que devem nortear o seu funcionamento. Assim:

A nível Governamental:

- Do Gabinete do PM, a coordenação interministerial é a chave do processo, pois a análise dos resultados só terá valor se não for feita de forma sectorial;



- A necessidade de legislar o estabelecimento de um sistema de informações militares que não se extinga no nível tático;
- No MDN, a constituição de um gabinete que estude e proponha os efeitos a atingir em cada um dos locais onde Portugal joga os seus interesses, e estabeleça a métrica de validação dos mesmos, submetendo todo o processo à aprovação governamental;
- Ainda no MDN, a coordenação da informação pública com as orientações emanadas pelo gabinete proposto.

A nível do Estado Maior General das Forças Armadas:

- A organização de um Sistema de Informações Militares a implementar que contribua para a recolha e análise de informação essencial para a Guerra da Percepção;
- A constituição no futuro Comando Operacional Conjunto de uma área de INFO OPS de comando próprio, com capacidade de coordenação com as disciplinas já aqui enunciadas.

Tal como Friman, considera-se que trabalho não se esgota aqui. Clarificou-se o conceito de Guerra de Percepção e propõe-se um modelo que deve ser testado e validado em estudos futuros embora, para que tal seja possível, as Forças Armadas tenham de se reestruturar no futuro Comando Operacional Conjunto e devam estar dotadas de um serviço de informações próprio.



Referências Bibliográficas

Livros

- ALBERTS, David S., GARSTKA, Jonh J., HAYES, Richard E., and SIGNORI, David A. (2001). *Understanding Information Age Warfare*. Washington. CCRP. ISBN-1-893723-04-6
- BLOOD, Jake (2005). *The Tet Effect: Intelligence and the Public Perception of War* (Cass Military Studies). New York. Routledge. ISBN-13 978-0415349970.
- COUTO, Abel Cabral (1988). *Elementos da Estratégia. Aparentamentos para um curso*. Volume I. Lisboa. Instituto de Altos Estudos Militares.
- FARRELL, Jonh C. and SMITH, Asa P.. (1968). *Image and Reality in World Politics*. New York: Columbia University Press.
- GOLEMAN, Daniel (1996). *Inteligência Emocional*. Versão Brasileira. Rio de Janeiro: Editora Objectiva. ISBN-8573020806.
- JERVIS, Robert (1976). *Perception and Misperception in International Politics* (Center for International Affairs, Harvard University). New Jersey. Princeton University Press. ISBN-13 978-0691100494.
- LEONHARD, Robert (1994). *The Art of Maneuver, Maneuver-Warfare Theory and AirLand Battle*. New York. Ballantine Publishing Group. ISBN – 0-84141-403-7.
- LUTTWAK, Edward N. (1987). *Strategy. The Logic of War and Peace*. Massachusetts. The Belknap Press of Havard University Press. ISBN – 0-674-00508-2.
- OLIVEIRA, Leonel (1996). *Nova Enciclopédia LAROUSSE*. Volume XVIII. Lisboa. Círculo de Leitores. ISBN 072-41-1902-X (vol. XVII).
- RADVANYI, Janos (1990). *Psychological Operations and Political Warfare in Long-term Strategic Planning*. New York. Praeger Publishers. ISBN-13: 978-0275936235.
- SOARES, Vicente Henrique Varela e ADELINO, Eduardo Augusto das Neves, (1963). *Dicionário da Terminologia Militar*, Volume II. Lisboa.

Jornais, Revistas, outras Publicações e Conferências

- ADDINALL, Robert (2005). *Transformations of War and Public Perception in the 20th Century: Implications for 21st Century Warfare*. Canada: Royal Military College, War Studies Program. Consultado em 09 de Outubro de 2007. Disponível em: <http://www.cdacda.ca/symposia/2005/presentations05.htm>
- AIR UNIVESITY, (2008). Influence Operation. Consultado em 29 de Janeiro de 2008. Disponível em: <http://www.au.af.mil/info-ops/influence.htm#definitions>
- BRIAN, Noelle J. (2004). *How to Win Friends and Influence People: Planning Perception Management at the Division and Corps Level*. Consultado em 14 de Janeiro de 2008. Disponível em: <http://handle.dtic.mil/100.2/ADA427329>



CHINNY, Li (2007). *China may sell off Treasury bonds if US imposes trade sanctions – report*. In Forbes on Agust 8th. Consultado em 04 de Abril de 2008. Disponível em: <http://www.forbes.com/afxnewslimited/feeds/afx/2007/08/08/afx3997945.html>

COLLINS, Steven (2003). *Gestão da Percepção*, in NATO Review versão portuguesa. Consultado em 30 de Novembro de 2007. Disponível em: <http://www.nato.int/docu/review/2003/issue2/portuguese/art4.html>

CONETTA, Carl (2004). *Disappearing the Dead: Iraq, Afghanistan, and de Idea of a “New Warfare”*, in Project on Defense Alternatives. Consultado em 02 de Novembro de 2007. Disponível em: <http://www.comw.org/pda/0402rm9.html>

COPELIN, Shaun (2006). *Emergent Capability. Influence Operation and the Strategic Airman*. Consultado em 30 de Janeiro de 2008. Disponível em: http://www.asithinktank.com/pdf/ASPJ_IFO.pdf

CORREIA, Silvestre (2007). *EBAO – Evolução do conceito, requisitos e desafios na sua aplicação*, in conferência no IESM a 12 de Dezembro de 2007.

DEGGANS, Eric (2003). *US coverage of the war – Was it objective?*, in Scripps Howard News Service on April 25th. Consultado em 03 de Fevereiro de 2008. Disponível em: http://www.shns.com/shns/g_index2.cfm?action=detail&pk=WARCOVERAGE-TV-04-25-03

DoT – Department of the Treasury (2008). - *Major Foreign Holders of Treasury Securities*. In Federal Reserve Board on March 17th. Consultado em 04 de Abril de 2008. Disponível em: <http://www.ustreas.gov/tic/mfh.txt>

FRIMAN, Henrik (1999). *Perception Warfare: a perspective for the future*. The Sweedish National Defense College, Department of Operational Studies. Consultado em 09 de Outubro 2007. Disponível em: [http://www.militaryscience.org/public/media/publications/Friman\(1999\)PW.PDF](http://www.militaryscience.org/public/media/publications/Friman(1999)PW.PDF)

KRULAK, Charles C. (1999). *The Strategic Corporal: Leadership in the Three Block War*. In Marines Magazine, January 1999. Consultado em 03 de Março de 2008. Disponível em: http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/usmc/strategic_corporal.htm

PASCAL, Kenneth M (2004). *Preparing for the Perception War: Why a Better Public Affairs Program is Important to the Operational Commander*. Newport: Naval War College, Joint Military Operations Dept. Consultado em 09 de Outubro de 2007. Disponível em: <http://handle.dtic.mil/100.2/ADA425968>

PEREIRA, Vicente, BRAZ, Celso, CONDE, João (2007). *A Condução da Política de Defesa Nacional no Espaço da CPLP. Interpretação Geopolítica*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares. Trabalho de Investigação de Grupo.

ROMANA, Heitor (2008). *O Serviço de Informações da República Portuguesa*, in conferência no IESM ao CEMC a 03 de Abril de 2008.

SHAFFER, Jack (2003). *Embeds and unilateral. The prees dun good in Iraq. But they could have dun better*, in Slate on May 1ty. Consultado em 01 de Fevereiro de 2008. Disponível em: <http://slate.msn.com/id/2082412/>



SARAIVA, José António (2008). Cooperação tem sido conduzida à “menoridade Política”. In Sol, em 01 de Abril. Consultado em 03 de Maio de 2008. Disponível em: http://sol.sapo.pt/PaginaInicial/Politica/Interior.aspx?content_id=87240

VIDEIRA, Paulo João Loureiro (2007). *Guerra de Percepção*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares. Trabalho de Investigação Individual.

VIEIRA, José (2008). *Operações psicológicas*, in Conferência no IESM em 08 de Janeiro de 2008.

TERESA, Marco (2008). *Operações de Informação*, in Conferência no IESM em 08 de Janeiro de 2008.

WELLS, Mark (2003). *Embedded reporter's 'sanitised' Iraq War*, in The Guardian on Novenber 6th. Consultado em 04 de Fevereiro de 2008. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/media/2003/nov/06/broadcasting.Iraqandthedia>

Manuais Militares

AJP 01(C) (2006). *Allied Joint Doctrine Ratification Draft*. NATO Standardization Agency (NSA).

AJP 3.10.1(A) (2007). *Psychological Operations*. NATO Standardization Agency (NSA).

MC 362-1 (2003). *NATO Rules of Engagement*. NATO Standardization Agency (NSA).

MCM-0052-2006 (2006). *MC Position on an Effects-Based Approach to Operations*. 06Jun2006.

JP 3-13 (1998). *Joint Doctrine for Information Operation*. DoD.

FM 100-6 (1996). *Information Operation*. Washington.

FM 100-61 (1998). *Armor-and Mechanized-Based Opposing Force Operational Art, Chapter 2 - Strategic Operations*. Washington. Consultado em 11 de Outubro de 2007. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/library/policy/army/fm/100-61/Ch2.htm>

RCI (2006). *Regulamento de Campanha – Informações*. Lisboa. EME.

RCO (2005). *Regulamento de Campanha – Operações*. Lisboa, EME.

Documentos Oficiais

CEM 03 (2003). *Conceito Estratégico Militar 2003*. Confirmado em CSDN em 15 de Janeiro de 2004. EMGFA.

IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (2006). *Uma Visão Estratégica para a Cooperação*. Texttype. ISBN – 972-8975-06-6

MDN – MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL (2008). *Objectivos da Política de Defesa Nacional*. Consultado em 10 de Janeiro de 2008. Disponível em http://www.mdn.gov.pt/mdn/pt/Defesa/politica/bilaterais/ctm/CTM_Objectivos.htm



Programa do XVII Governo Constitucional (2005). Consultado em 28 de Outubro de 2007. Disponível em: http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC17/Documentos/Doc_Programa_Governo_17.htm

RCM - Resolução do Concelho de Ministros, de 20 de Janeiro de 2003. *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Consultado em 28 de Outubro de 2007. Disponível em: http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_ConstitucionaisC15/Ministerios/MDN/Comunicacao/Outros_Documentos/20030120_MDN_Doc_CEDN.htm

RCM - Resolução do Conselho de Ministros, de 22 de Dezembro de 2005. *Uma visão estratégica para a cooperação portuguesa*. Consultado em 28 de Março de 2008. Disponível em: http://www.isa.utl.pt/files/pub/cooperacao/RCM_sobre_Cooperacao.pdf

Entrevistas

ALMENDRA, Cor Inf Francisco Manuel Assereira, *desempenhou funções no QG ISAF em 2005*. Entrevista efectuada em 04 de Abril de 2008.

QUADROS, Cor Inf João V. Sousa de Castro, *Chefe do Departamento de Planeamento Estratégico de Defesa / MDN*. Entrevista efectuada em 09 de Abril de 2008.

SERRA, Dr João Pedro Saldanha, *Chefe do Departamento de Cooperação Técnico Militar / MDN*. Entrevista efectuada em 10 de Abril de 2008.

ALVES, TCor Inf José Lima, *desempenhou funções de 2º Comandante do Batalhão de Informações e Segurança Militar em 2006*. Entrevista efectuada em 11 de Abril de 2008.

SARAIVA, TCor Inf Paulo Jorge Franco Marques, *desempenhou funções de Chefe das PSYOPS no QG/ISAF em 2007*. Entrevista efectuada em 20 de Março de 2008.



Apêndice 1 – Antecedentes da Guerra da Percepção

Aquilo que consideramos ser a Guerra da Percepção pode ser visto em alguns exemplos de campanhas militares ao longo da história, com as devidas alterações.

A manipulação do adversário através de operações psicológicas remonta à antiguidade clássica e nos tempos modernos apenas mudaram as técnicas de emprego (Radvanyi, 1990: 1). O sucesso das Urdes de Gengis Khan¹ deveu-se, em parte, aos rumores assustadores da sua selvajaria e ao exagerado número de cavaleiros atribuído ao seu exército. Na verdade, os exércitos de Gengis Khan deslocavam-se com tanta rapidez que criavam a percepção de estar em todo o lado, porque chegavam primeiro do que os alertas da sua aproximação, para além de fintas e outras manobras de decepção que ajudavam a criar essa percepção.

Apesar de não se poder caracterizar estes factos como Guerra da Percepção, sabe-se que Gengis Khan enviava diplomatas às cidades exigindo a sua rendição, e reclamando apenas para si os impostos e a vassalagem.

Em termos militares e a nível operacional, as PSYOPS assumiram no passado uma grande importância. Elas consistem em acções políticas, militares e ideológicas, conduzidas sobre grupos alvo para criar as emoções, comportamentos e atitudes desejados.

Quando as forças perdem alguma da sua supremacia, – entendido como um exercício de poder sobre os outros – começa a arte de fazer os outros verem o mundo como nós o vemos, e fazendo-os reagirem de acordo com essa imagem (Farrell, 1968: 58). As palavras de Farrell, se já eram importantes na altura, permanecem perfeitamente actuais na política internacional, em virtude do poder de influência ser uma necessidade como multiplicador dos efeitos. O estudo da utilização da percepção pela política, como veículo da influência, torna-se portanto indispensável. Para tal analisam-se de seguida alguns exemplos.

As operações de influência da antiga União Soviética dividiam-se em três formas de actuar: a preta, a branca e a cinzenta. A preta, ou coberta, era conduzida pelo KGB e incluía actividades de falsificação de documentos, *lobby* e estações de *média* encobertas para desinformar. A branca, ou aberta, era conduzida pelo Departamento de Ideologia do Comité Central do Partido Comunista e eram actividades de propaganda na Rádio de Moscovo, em revistas estrangeiras, livros e jornais, que repetiam os temas de desinformação do KGB pelo mundo fora. As cinzentas, ou semi-encobertas, eram conduzidas pelo Departamento de Internacional do Comité Central do Partido Comunista e visava os partidos comunistas

¹ Chefe guerreiro que juntou as tribos das estepes da Mongólia no princípio do século XII, que, por intermédio de astúcia e habilidade, conquistou um império que se prolongava do Pacífico à Europa.



estrangeiros sob sua influência e as organizações internacionais, cada um com o seu alvo específico, de influenciar jovens, mulheres, movimentos pacifistas, clérigos, sindicatos, jornalistas, etc. (Radvanyi, 1990: 36).

As operações de influência, a que Radvanyi se reporta, são PSYOPS de nível estratégico. Contudo, esta forma de actuar era concertada, como se sabe, com um grande enfoque em acções diplomáticas, com utilização de conselheiros militares, ajudas financeiras, venda de manuais e material bélico, etc., considerando-se assim que faziam parte do conceito apresentado de Guerra da Percepção.

Mais comum é o seu uso sobre grupos hostis com o objectivo de desmoralizar, desorientar e confundir. Também pode ser empregue para unir, informar e fortalecer a moral de grupos não hostis. Quando visando grupos neutrais ou amigos, é empregue no apoio aos objectivos militares desenvolvendo a cooperação de atitudes e comportamentos (Radvanyi, 1990: 19). Como já foi referido, quando outros instrumentos, económicos, informacionais, ou políticos são usados com o intuito de criar esses mesmos efeitos, está-se na presença da Guerra da Percepção.

Durante a Guerra do Vietname, o Governo dos EUA viu-se na mesma encruzilhada que os países colonialistas ocidentais se encontravam. Como justificar às suas populações as razões de uma guerra que não fosse meramente por motivos economicistas. Os EUA começaram por afirmar que se estava na presença de um valor mais alto, ao nível teológico, que era a manutenção da democracia, já que os comunistas eram vistos como os maus. Este propósito, diziam, seria atingido rapidamente face à desproporção das forças em presença. Contudo não havia uma ameaça directa aos EUA e a guerra era considerada apenas como uma questão secundária.

Estas circunstâncias permitiram que os Vietcongue obtivessem uma vitória psicológica. Começaram por demonstrar que a Frente Nacional de Libertação era uma organização nacionalista e independente, destruindo a ideia de que eram o eixo do mal; mostraram as acções Norte Americanas como brutalidade institucionalizada e genocídio, enfraquecendo a boa imagem dos EUA; e negando uma vitória rápida aos EUA, através da ofensiva de Tet, quebraram a esperança de que a guerra podia ser ganha. Nos EUA surgiram dois tipos de movimentos anti-guerra: um *lobby* intelectual e patriótico que, por não ver o fim da guerra, considerava que esta devia acabar e outro, mais radical, que defendiam os Vietcongue como os bons e os EUA como o inimigo (Radvanyi, 1990: 73).



Nos Estados Unidos da América (EUA) as PSYOPS têm origem em duas agências: no Exército e na Information Agency (USIA). Esta última é esporadicamente incluída no National Security Council para aspectos de planeamento. O seu produto operacional é a criação de uma imagem favorável da política Norte Americana, através da difusão de notícias (Radvanyi, 1990: 9). A PI é um factor que tem cada vez mais relevância, na política e nas operações militares, como componente das operações de influência, porque são as indicadas para projectar informação credível a uma variedade de audiências. (Air University, 2008: 2).

Na *Operation Allied Force*² no Kosovo em 1999, a destruição das pontes sérvias sobre o Danúbio, do ponto de vista militar, impediu o reforço Sérvio, ao cortar-lhe a liberdade de acção que provocou a “derrota”. Contudo, estas destruições, provocaram a quebra das transacções comerciais das gentes que habitavam em redor das pontes, degradando o comércio e a economia de forma geral, o que veio, numa primeira análise, provocar um antagonismo nas populações aí residentes e uma dificuldade acrescida no esforço de reconstrução a que as nações se comprometeram.

Claramente que aqui os objectivos político-militares se sobrepuseram aos objectivos económico-sociais. Com uma abordagem como a preconizada para a Guerra da Percepção, os efeitos gerados teriam de ser outros.

Em suma, conclui-se que, no passado, a Guerra da Percepção, em operações militares, consistia em acções psicológicas e de decepção com o intuito de criar percepções que levassem o adversário a render-se, conjugadas com outras acções político-diplomáticas.

² Esta operação da Organização do Tratado do Atlântico Norte ocorreu entre 24 de Março e 20 de Junho de 1999, com a finalidade de impedir o genocídio da população de Origem Albanesa por parte de forças sérvias.



Apêndice 2 – Influência dos Jornalistas Embedded

Com vista a salvaguardar a verdade das operações, foram utilizados jornalistas inseridos, ou *embedded*, que acompanhavam as tropas e relatavam e captavam assim a realidade que lhes era mostrada e autorizada. Esta medida, apesar da controvérsia inicial, mostrou dar os seus frutos por diversos motivos. O relacionamento entre os jornalistas e as forças criou laços fortes, o que aliado ao facto do jornalista também viver as adversidades da guerra, lhes permitiu conhecer essa realidade. Em contraponto, os *embedded* comprometeram-se a não revelar tudo aquilo que pusesse em perigo a protecção da Força – pessoal, material, localizações, estratégias, etc. (Collins, 2003: 2).

Comparando os *freelancer* da campanha do Afeganistão, da invasão do Panamá e da tomada de Granada, o programa dos *embedded* constituiu uma enorme melhoria. Na verdade, nunca na história da guerra houve tantos jornalistas na frente de combate como no *Iraqi Freedom*. Só porque os militares gostaram do programa¹, não quer dizer que o programa seja mau (Shafer, 2003: 1).

Um dos problemas do programa foi ter criado um sistema de diferenciação entre os repórteres. Os *embedded* eram considerados como jornalistas oficiais, aqueles a quem os militares falavam, e os outros que eram ignorados e repudiados, sem quaisquer direitos no campo de batalha. Por diversas vezes os militares impediram os *freelancers* de cobrirem a guerra, principalmente nas cidades do Sul (Basra, Umm Qasr, Nasiriyah, e Safwan) (Shafer, 2003: 2).

Fazendo uma avaliação do programa e a comparando-o com os jornalistas que não eram *embedded*, verifica-se que este foi bom mas esteve longe de ser perfeito. Nem todos os comandantes cumpriram as indicações do Pentágono. Estimou-se que, dos 600 repórteres, apenas 50 ou 70 viram acções de combate interessantes durante o conflito. Muitos foram destacados para acompanhar unidades que não foram empregues em combate.

Quando os jornalistas televisivos *embedded* enviavam material de reportagem para os estúdios forçando a montagem/gravação/divulgação de tiroteios no campo de batalha, as cadeias televisivas não foram capazes de enquadrar a acção no contexto adequado. Pequenas trocas de tiros foram enquadradas pelos canais televisivos em gravações importantes e pequenas escaramuças, apesar de mortais, transformaram-se em grandes batalhas.

¹ O Gen Tommy Franks, que comandou as tropas lideradas pelos EUA na invasão do Afeganistão, disse à Fox News que era um fã do programa.



Inclusivamente, a tendência jornalística de pôr em cada história uma face humana empolou os revezes da coligação, como foi o caso da emboscada à cabo Jessica Lynch² e aos seus camaradas.

Chegou a ser posta em causa a veracidade da operação, como se pode verificar na notícia da imprensa brasileira, que se transcreve.

História da recruta resgatada por tropas dos EUA seria fraude

15 de Maio de 2003 (Imprensa Brasileira)³

A recruta Jessica Lynch se tornou um ícone da Guerra no Iraque, e a história de sua captura por iraquianos e seu resgate por forças especiais dos Estados Unidos se tornou um dos grandes momentos patrióticos do conflito.

Mas a história dela é um dos mais impressionantes casos de manipulação de informação já concebidos.

A recruta Lynch, uma secretária do Exército de 19 anos, da cidade de Palestine, West Virginia, nos Estados Unidos, foi capturada quando sua companhia fez uma curva errada saindo da cidade iraquiana de Nasyriah e foi emboscada.

Nove de seus companheiros foram mortos e a recruta Lynch foi levada para um hospital local, que, na época, estava cheio de integrantes da milícia iraquiana fedayeen. Oito dias depois, forças especiais dos Estados Unidos atacaram o hospital, registrando os "dramáticos" momentos numa câmara com visão noturna.

Eles supostamente teriam sido recebido com tiros vindos tanto de dentro como de fora do edifício, mas eles conseguiram chegar até Lynch e a levaram embora rapidamente de helicóptero.

Segundo relatos que foram divulgados, a recruta havia sido esfaqueada e tinha ferimentos de bala e havia sido estapeada e interrogada em sua cama de hospital.

Mas médicos iraquianos em Nasiryah afirmam ter fornecido à soldada o melhor tratamento que poderiam dar num ambiente de guerra. Ela recebeu a única cama especial no hospital e uma das duas únicas enfermeiras no andar.

² Jessica Dawn Lynch era uma cabo do corpo logístico do Exército dos EUA. Lynch tornou-se famosa depois da publicidade efectuada durante o seu resgate por Forças Especiais após ter sido capturada pelas forças iraquianas. Alguns acusam o Pentágono de ter fabricado esta história, puramente propaganda, com o intuito de manipular a opinião pública a favor de aceitarem a invasão ao Iraque.

³ Retirado do site: BBCBrasil.com



"Eu a examinei, vi que ela tinha quebrado um braço, uma perna e um tornozelo", disse o médico Harith a-Houssona, que cuidou dela.

"Ela não tinha qualquer sinal de ter recebido um tiro ou qualquer ferimento de faca – apenas ferimentos decorrente de um acidente de estrada. Eles querem distorcer os fatos. Não sei por que eles acreditam que haja algum benefício em dizer que ela teve um ferimento à bala", acrescentou o médico.

Testemunhas contam que as forças especiais americanas sabiam que os militares iraquianos haviam fugido um dia antes de eles terem invadido o hospital.

"Nós estávamos surpresos. Para que fazer isso? Não havia militares, não havia soldados no hospital", disse o médico Anmar Uday, que trabalhava no hospital.

"Parecia um filme de Hollywood. Eles gritaram 'vamos, vamos, vamos', com armas e balas de festim, em meio ao som de explosões. Eles promoveram um show para o ataque ao hospital. Parecia um filme de ação com Sylvester Stallone e Jackie Chan", acrescentou o médico.

Ainda houve mais uma distorção – ou omissão. Dois dias antes da equipe de resgate americana ter feito seu trabalho, a-Houssona, o médico que atendeu a recruta, havia organizado a devolução de Jessica Lynch aos americanos em uma ambulância. Mas assim que a ambulância, com a recruta dentro, se aproximou de um posto de controle americano, os soldados americanos abriram fogo, obrigando o veículo a recuar e a voltar ao hospital. Os americanos quase mataram o seu "prêmio" sem saber.

Quando as imagens do resgate foram divulgadas, o general Vincent Brooks, que era porta-voz das forças americanas em Doha, no Qatar, afirmou: "Algumas almas corajosas puseram suas vidas na linha de fogo para que isso acontecesse, leais ao princípio de nunca deixar um companheiro abandonado".

A estratégia americana foi a de garantir que as televisões exibissem a versão que eles buscavam. Isso se deu por meio do uso de repórteres que acompanharam a invasão do hospital e por imagens geradas pelas câmaras dos próprios militares, que, por sinal, também fizeram a edição.

Esse procedimento foi levado adiante e intensificado durante o campo de batalha na guerra do Iraque. Aparentemente com sucesso no caso da recruta americana.

Quanto à recruta Lynch, seu status como herói está mais forte do que nunca.

Sites de leilão na internet colocaram à venda artigos pertencentes a ela, que vão desde uma pintura a óleo – cujo lance inicial foi de US\$ 200 (cerca de R\$ 593) – até um



imã de geladeira de US\$ 5, com a inscrição "A América Ama Jessica Lynch".

Segundo os médicos, ela não se lembra de nenhum dos episódios que envolveram seu resgate. Provavelmente jamais irá.

Compreender a complexidade do espaço de batalha consome muito tempo de estudo. Os repórteres não possuem a habilidade em compreender o ambiente operacional, mesmo que lhes fossem mostrados todos os planos, as intenções dos comandantes e presenciassem todas as acções. Assim, o programa visava criar condições de forma a que os jornalistas pudessem contar a história à medida que ela ia acontecendo.

Na preparação do conflito, o Pentágono contou com o apoio de alguns editores Norte Americanos para melhorar alguns aspectos de operacionalização deste programa. Peter Copeland⁴ aplaude o programa *embedded* por: criar tantas peças jornalísticas que nem todas puderam ir para o ar; educar os militares fazendo-os compreender que a imprensa não ia colocar as tropas e os seus planos em perigo; e porque não queria que os jornalistas fossem expostos a perigos desnecessariamente. Mas o programa também ensinou a Copeland que os repórteres têm de se treinar mais para que, no futuro, não estejam tão dependentes dos militares. Afirma que concorda com os *embedded* mas estes devem trabalhar de forma isenta e acrescenta que os *freelancer* também são necessários (Shafer, 2003: 2).

Contudo, alguns jornalistas independentes faziam pouco das restrições dos *embedded*, por considerarem que não fazia sentido obriga-los a permanecer com as unidades para onde tinham sido destacados. Além disso, o receio ou a afinidade que eles criavam com as tropas que lhes protegiam a vida, impedia-os de serem objectivos (Shafer, 2003: 5). Em geral, nas opiniões dos *freelancer*, se a guerra do Iraque foi uma guerra dos repórteres *embedded*, estes só transmitiram parte da história, pois não documentavam o sofrimento do povo por não terem acesso ao mesmo.

Em Inglaterra, a opinião pública não era tão favorável à invasão como nos EUA, pelo que a cobertura das hostilidades foi muito mais séptica. Para Adrian Van Klaveren⁵, o que os ingleses tentaram fazer foi dar a conhecer o maior número de opiniões para que o público tirasse as suas ilações (Deggans, 2003: 1).

De acordo com um estudo académico publicado pela BBC, as peças televisivas produzida pelos *embeded* deram uma visão moderada da guerra. A pesquisa concluiu que

⁴ Editor e director da agência de notícias Scripps Howard News Service, que também produz análises e reportagens de retaguarda da política nacional e internacional dos EUA (<http://www.shns.com>).

⁵ Director de informação da BBC em Novembro de 2003.



apesar dos *embedded* que acompanharam as forças de Inglaterra e dos EUA terem sido objectivos, eles evitaram imagens que fossem demasiado realistas ou violentas para a televisão britânica. Algumas peças fazem recordar um filme de guerra (Wells, 2003: 1).

É certo que um espectador árabe não vê as agências noticiosas, porque tem a percepção de que lhe vão transmitir uma visão ocidental do conflito, que provavelmente não será a sua, optando por um canal como a *al Jazeera*. Durante a operação, um grande número de iraquianos recorria a estes serviços, por preferi-los aos do seu país e porque a televisão iraquiana estava sempre a sofrer ataques, através de bombardeamentos e interferências electrónicas. O Governo Iraquiano, reconhecendo o poder da *al Jazeera* chegou a infiltrar agentes seus nesta estação para que a cobertura lhe fosse mais favorável (Collins, 2003: 2).

Pelo que foi referido, considera-se que foi profícuo para as forças o emprego dos *embedded* por parte da Informação Pública Aliada, pois permitiu a transmissão da verdade, na medida em que se informe em que qualidade se está a produzir a peça.